

PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026

CONTRATANTE (UASG)
(180157)

OBJETO

Registro de preços para contratações futuras de serviço de dedetização e limpeza e desinfecção de caixas d'água

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 381.248,40 (trezentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **15/06/2026** às **09h00min** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta



**Governo do Estado de São Paulo
Polícia Militar do Estado de São Paulo
CPI-2 - SEC DESP ORC CUST**

EDITAL

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 2 – UASG 180157
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**

(Processo Administrativo nº 057.00080641/2026-11)

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Comando de Policiamento do Interior 2, por meio da Seção de Despesa, Orçamento e Custo do Comando de Policiamento do Interior 2, sediada na Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP), realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para contratação futura de serviço de dedetização geral, desratização e limpeza de caixas d'água do CPI-2 e suas unidades subordinadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de

Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos grupos, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado à s microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Valor unitário e total do grupo;

5.1.3. Valor unitário e total da proposta.

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos

termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição](#) Federal, e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

6.8.1. R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para o item 1, Grupo 1;

6.8.2. R\$ 90,00 (noventa reais) para o item 2, Grupo 1;

6.8.3. R\$ 30,00 (trinta reais) para o item 3, Grupo 2;

6.8.4. R\$ 30,00 (trinta reais) para o item 4, Grupo 2;

6.8.5. R\$ 60,00 (sessenta reais) para o item 5, Grupo 3;

6.8.6. R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o item 6, Grupo 3;

- 6.8.7. R\$ 40,00 (quarenta reais) para o item 7, Grupo 4;
- 6.8.8. R\$ 60,00 (sessenta reais) para o item 8, Grupo 4;
- 6.8.9. R\$ 60,00 (sessenta reais) para o item 9, Grupo 5;
- 6.8.10. R\$ 30,00 (trinta reais) para o item 10, Grupo 5;
- 6.8.11. R\$ 30,00 (trinta reais) para o item 11, Grupo 6;
- 6.8.12. R\$ 30,00 (trinta reais) para o item 12, Grupo 6;
- 6.8.13. R\$ 90,00 (noventa reais) para o item 13, Grupo 7;
- 6.8.14. R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o item 14, Grupo 7;
- 6.8.15. R\$ 90,00 (noventa reais) para o item 15, Grupo 8;
- 6.8.16. R\$ 70,00 (setenta reais) para o item 16, Grupo 8;
- 6.8.17. R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para o item 17, Grupo 9;
- 6.8.18. R\$ 110,00 (cento e dez reais) para o item 18, Grupo 9.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupo(s) de itens:

6.20.1.1. serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos:

- a) R\$ 12.350,00 (doze mil, trezentos e cinquenta reais) para o item 1, Grupo 1;
- b) R\$ 9.560,00 (nove mil, quinhentos e sessenta reais) para o item 2, Grupo 1;
- c) R\$ 3.627,10 (três mil, seiscentos e vinte e sete reais e dez centavos) para o item 3, Grupo 2;
- d) R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) para o item 4, Grupo 2;
- e) R\$ 6.840,00 (seis mil, oitocentos e quarenta reais) para o item 5, Grupo 3;
- f) R\$ 5.940,00 (cinco mil, novecentos e quarenta reais) para o item 6, Grupo 3;
- g) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para o item 7, Grupo 4;
- h) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para o item 8, Grupo 4;
- i) R\$ 6.910,00 (seis mil, novecentos e dez reais) para o item 9, Grupo 5;
- j) R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais) para o item 10, Grupo 5;
- k) R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para o item 11, Grupo 6;
- l) R\$ 3.710,00 (três mil, setecentos e dez reais) para o item 12, Grupo 6;
- m) R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para o item 13, Grupo 7;
- n) R\$ 5.720,00 (cinco mil, setecentos e vinte reais) para o item 14, Grupo 7;
- o) R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para o item 15, Grupo 8;
- p) R\$ 7.960,00 (sete mil, novecentos e sessenta reais) para o item 16, Grupo 8;
- q) R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para o item 17, Grupo 9;
- r) R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para o item 18, Grupo 9.

6.20.1.2. a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade contratante.

6.20.2. Nesta licitação para registro de preços, será admitida a previsão de preços diferentes, conforme os critérios abaixo:

6.20.2.1. Região do grupo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será

realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que

o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins

de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes

remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a

decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico https://portal.sei.sp.gov.br/sei/institucional/usuario_externo.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às

penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do

descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s)* seguintes meios:

13.2.1. cpi2uge@policiamilitar.sp.gov.br

13.2.2. cpi2aquisicoes@policiamilitar.sp.gov.br

13.2.3. hdpggustavo@policiamilitar.sp.gov.br

13.2.4. nuneschn@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que

impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.11. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico eletrônico http://imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaologado_3_0.aspx.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

- 14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);
- 14.15.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;
- 14.15.7. ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Campinas, na data da assinatura digital.

JULIANO RODRIGUES MONDIN
Cap PM - Subscritor do Edital

Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 08/04/2026



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Rodrigues Mondin, CAPITAO PM**, em 21/05/2026, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0104426947** e o código CRC **10DD6AD5**.

ESP-COMANDO POLIC.INT. 2 CPI-2-CAMPINAS

Termo de Referência 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

27/2026

180157-ESP-COMANDO POLIC.INT. 2 CPI-2-CAMPINAS

Editado por

TIAGO DE OLIVEIRA DE FRANCISCO

Atualizado em

15/04/2026 16:07 (v 0.11)

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado

Número da Contratação

Processo Administrativo

057.00080641/2026-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água para o Comando de Policiamento do Interior 2 – CPI-2, e suas unidades subordinadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO	ITEM	SIAFÍSICO	COMPRAS.GOV	DESCRIÇÃO	U.F.	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL ITEM	V. TOTAL GRUPO
1	1	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - CPI-2 - GRUPO 1	1 - UN	4	R\$ 12.350,00	R\$ 49.400,00	R\$ 68.520,00
	2	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - CPI-2 - GRUPO 1	1 - UN	2	R\$ 9.560,00	R\$ 19.120,00	
2	3	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - 1º BAEP - GRUPO 2	1 - UN	4	R\$ 3.627,10	R\$ 14.508,40	R\$ 20.908,40
	4	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 1º BAEP - GRUPO 2	1 - UN	2	R\$ 3.200,00	R\$ 6.400,00	
3	5	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - 8º BPM/I - Grupo 3	1 - UN	4	R\$ 6.840,00	R\$ 27.360,00	R\$ 39.240,00
	6	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 8º BPM/I - Grupo 3	1 - UN	2	R\$ 5.940,00	R\$ 11.880,00	
	7	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - 35º BPM/I - Grupo 4	1 - UN	4	R\$ 4.000,00	R\$ 16.000,00	

4									R\$ 28.000,00
	8	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 35º BPM/I - Grupo 4	1 - UN	2	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00	
5	9	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - 47º BPM/I - Grupo 5	1 - UN	4	R\$ 6.910,00	R\$ 27.640,00	R\$ 33.800,00
	10	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 47º BPM/I - Grupo 5	1 - UN	2	R\$ 3.080,00	R\$ 6.160,00	
6	11	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - 11º BPM/I - Grupo 6	1 - UN	4	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00	R\$ 21.420,00
	12	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 11º BPM/I - Grupo 6	1 - UN	2	R\$ 3.710,00	R\$ 7.420,00	
7	13	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - 49º BPM/I - Grupo 7	1 - UN	4	R\$ 9.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 47.440,00
	14	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 49º BPM/I - Grupo 7	1 - UN	2	R\$ 5.720,00	R\$ 11.440,00	
8	15	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - 26º BPM/I - Grupo 8	1 - UN	4	R\$ 9.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 51.920,00
	16	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 26º BPM/I - Grupo 8	1 - UN	2	R\$ 7.960,00	R\$ 15.920,00	
9	17	113700	3417	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO; DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS - 34º BPM/I - Grupo 9	1 - UN	4	R\$ 12.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 70.000,00
	18	243639	13595	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA - 34º BPM/I - Grupo 9	1 - UN	2	R\$ 11.000,00	R\$ 22.000,00	

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da publicação da Ata de Registro de Preços no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 15/04/2026.

1.5. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE — Índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), nos termos do artigo 5º do Decreto Estadual nº 48.326, de 12 de dezembro de 2003, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.5.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.5.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.5.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.5.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.5.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.6. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) , contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

Subcontratação

1.7. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000076/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 13/06/2025;

III) Id do item no PCA: 192;

IV) Classe/Grupo: 943 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES;

V) Identificador da Futura Contratação: 180157-4/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa a ser contratada ficará submetida a realizar:

4.1.1. A dedetização em toda área interna e no entorno das edificações, redes de esgoto, caixas de inspeção e caixas de gordura dessa.

4.1.2. Desratização por meio de instalação de iscas no entorno das edificações e sob pisos elevados, tantas quantas forem necessárias para atendimento das necessidades do local;

4.1.2.1. A contratada deverá emitir certificado de execução dos serviços realizados, constando:

4.1.2.1.1. Nome e razão social, endereço completo, data da execução dos serviços e locais de aplicação/manejo;

4.1.2.1.2. Quantidade e relação nominal dos produtos utilizados, sua composição química (qualitativa e quantitativa), nome químico, praga(s) alvo(s), toxicologia, grupo químico, concentração, precauções, antídoto, prazo de validade, fabricante e o número de registro deste(s) produto(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4.1.2.1.3. Número do telefone do Centro de Referência ou Centro de Informação Toxicológica (CEATOX) mais próximo em casos de intoxicação;

4.1.2.1.4. Carimbo e assinatura do responsável técnico com o respectivo número no registro do Conselho da Categoria;

4.1.2.1.5. Esse Certificado deverá ser afixado em local de fácil visibilidade, conforme RDC ANVISA N.º 52/2009.

4.1.3. Limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água;

4.1.4. A contratada deverá apresentar à Seção Logística um relatório técnico para cada reservatório, contendo as atividades detalhadas executadas e pendentes e a discriminação das horas trabalhadas e profissionais que executaram os serviços;

4.1.4.1. O Relatório Técnico ou Relatório de Higienização deverá possuir registro fotográfico, em papel timbrado devidamente assinado por seu representante legal ou técnico contendo ainda localização do reservatório, tipo e volume do reservatório e a data da realização dos serviços;

4.1.4.2. O registro fotográfico deverá conter as fotos dos reservatórios antes e após os serviços de higienização;

4.1.4.3. O Relatório Técnico deverá conter a FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) do produto utilizado para a realização da desinfecção assim como a diluição realizada do mesmo;

4.1.5. Os serviços serão realizados de segunda a sexta-feira, em horário comercial (08h00 às 17h00min), mediante agendamento prévio e de forma a não interferir nas atividades de cada unidade

4.1.5.1. Havendo necessidade os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos, pontos facultativos e feriados, desde que previamente agendados e autorizados;

4.1.6. A garantia dos serviços prestados para dedetização e desratização deverá ser de no mínimo, 3 (três) meses;

4.1.7. Para o serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água a garantia dos serviços prestados deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses.

4.1.8. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores, bem como da desinfecção das caixas d'água, nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante durante o período da garantia;

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2.1. A contratação deverá prever no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2.2. Conforme preconiza o Art. 4º da RDC nº 622, de 09 de março 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a empresa contratada deverá estar licenciada à autoridade sanitária ambiental competente, bem como atender todos os requisitos da citada resolução;

4.2.3. Deverá ser dada preferência por produtos de baixo impacto ambiental, duráveis e reparáveis;

4.2.4. A empresa contratada deverá recolher as embalagens vazias dos produtos desinfetantes/ praguicidas, bem como quaisquer resíduos gerados, dando-lhes adequada destinação, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00 horas às 17h00 horas.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.1. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá realizar agendamento prévio com a seção logística do local através dos meios de comunicação fornecidos para cada grupo, disponíveis nos anexos deste Termo de Referência.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 dias a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) Dedetização:

I) O controle de pragas para a superfície deverá ser feito por meio de aplicação de inseticida de maneira uniforme sobre as superfícies, paredes (internas e externas), rodapés, na junção entre as paredes e o piso, através de pulverizadores manuais ou motorizados, de forma que os insetos que os percorram sejam contaminados pelos microscópicos cristais dos inseticidas aplicados;

II) O controle de pragas para tratamento localizado deverá ser realizado através de aplicação de inseticida diretamente nos esconderijos e abrigos dos insetos, localizados nas pequenas frestas, reentrâncias, rachaduras, gretas e nichos existentes nas superfícies e junções através de pulverizadores manuais, visando principalmente ao extermínio das formigas, baratas, aranhas e escorpiões;

III) Para o tratamento do perímetro deverá ser aplicada barreira química protetora em torno das instalações. A aplicação dessa espécie de anel protetor objetiva impedir o acesso de novos insetos rasteiros ao interior da área alvo, evitando-se assim novas manifestações;

IV) Os locais que apresentam piso elevado, itens 9 e 17 da Tabela 1 do anexo I deste Termo de Referência, possuem trabalhos ininterruptos e deverão ser tratados, tanto sob do piso elevado, quanto na superfície, com produtos de menor impacto à saúde dos usuários e ao andamento dos serviços realizados;

V) Nas redes de esgoto, caixas de inspeção, caixas de gordura, ralos e válvulas de pia será depositado material em forma de pó;

VI) O produto a ser aplicado nos sistemas de captação de águas pluviais será na forma líquida;

VII) Para formigas, onde forem detectadas as do tipo jardineira, carpinteira e similares deverão ser utilizadas iscas em forma de grãos;

VIII) Para formigas do tipo doceira e similares deverão ser utilizados produtos em gel.

b) Desratização:

I) As iscas raticidas deverão ser colocadas em caixas protetoras, para evitar o contato de animais não alvos e pessoas, sendo distribuídas da seguinte forma:

II) Nas entradas das edificações sendo 2 por entrada (uma em cada lado do acesso);

III) No perímetro das edificações, a cada 10 metros de distância uma da outra. Se a medida linear, de uma determinada parede, for inferior a 10 metros, deve-se centralizar a caixa no local;

IV) As iscas para ratos deverão ser do tipo extrusadas (paletizadas) não parafinadas.

c) Limpeza de caixas e reservatórios de água:

I) Programar juntamente com a CONTRATANTE a utilização das águas em estocagem para a diminuição do nível dos reservatórios de água;

II) Bloquear do fornecimento de água;

III) Bloquear as saídas de água dos reservatórios para os pontos de consumo;

IV) Abrir e manter a válvula do dreno de limpeza aberta até a finalização do processo de limpeza do reservatório. Observar o local por onde a água está escoando para evitar danos em estruturas e componentes prediais;

V) Caso seja necessário o esgotamento do reservatório e este não possua tubulação de limpeza, retirar a água por bomba. Não será permitido o esgotamento da água pelas tubulações de consumo existentes a fim de evitar danos a equipamentos ligados à rede e/ou que comprometa a segurança dos usuários das instalações;

VI) Retirar as sujidades, lodos incrustados nas paredes internas e fundos com bomba específica para este fim;

VII) Jatear as paredes internas, fundo e tampa dos reservatórios com equipamentos lava a jato de média pressão direcionando a água até o sistema de drenagem podendo ser utilizados para auxílio do procedimento rodos, vassouras com fio de nylon, escovas e/ou esponjas de materiais não abrasivos;

VIII) Enxaguar as paredes, o fundo e as tampas dos reservatórios após a desinfecção.

d). Desinfecção de caixas e reservatórios de água:

I) Utilizar hipoclorito de sódio para a realização da desinfecção, com qualidade e pureza compatíveis e adequadas para uso na desinfecção de água para consumo humano em concentração de 20-25 mg/L. O produto utilizado deverá possuir registro na ANVISA;

II) Pulverizar a solução de hipoclorito de sódio nas paredes internas, fundo e tampas;

III) Repetir a operação de pulverização (d.II) por mais três vezes em intervalos de 30 minutos;

IV) Enxaguar com água as paredes internas, fundo e tampas, retirando toda a sobra de água e quaisquer resíduos existentes nas paredes e fundo do reservatório antes de realizar o reabastecimento do reservatório;

V) Encher o reservatório através da liberação dos registros de entrada de água. Em havendo necessidade, regular as torneiras boas nos mesmos níveis pré-existent, verificando se todos os registros e válvulas estão nas posições corretas antes da finalização do atendimento;

VI) Liberar a distribuição de água para consumo.

5.1.3. Relatórios:

5.1.3.1. Para os serviços de dedetização e desratização, contratada deverá emitir certificado de execução dos serviços realizados, o qual deverá ser afixado em local de fácil visibilidade, conforme RDC ANVISA N.º 622/2022 constando:

a) Nome e razão social, endereço completo, data da execução dos serviços e locais de aplicação/manejo;

b) Quantidade e relação nominal dos produtos utilizados, sua composição química (qualitativa e quantitativa), nome químico, praga(s) alvo(s), toxicologia, grupo químico, concentração, precauções, antídoto, prazo de validade, fabricante e o número de registro deste(s) produto(s) na Agência

Nacional de Vigilância Sanitária;

c) Número do telefone do Centro de Referência ou Centro de Informação Toxicológica (CEATOX) mais próximo em casos de intoxicação;

d) Carimbo e assinatura do responsável técnico com o respectivo número no registro do Conselho da Categoria;

5.1.3.2. Para os serviços de limpeza e desinfecção de caixas e reservatórios de água, A contratada deverá apresentar à Seção Logística um relatório técnico para cada reservatório, contendo as atividades detalhadas executadas e pendentes e a discriminação das horas trabalhadas e profissionais que executaram os serviços, contendo:

a) Registro fotográfico, em papel timbrado devidamente assinado por seu representante legal ou técnico contendo ainda localização do reservatório, tipo e volume do reservatório e a data da realização dos serviços.

b) O registro fotográfico deverá conter as fotos dos reservatórios antes e após os serviços de higienização.

c). O Relatório Técnico deverá conter a FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) do produto utilizado para a realização da desinfecção assim como a diluição realizada do mesmo.

5.1.4. Cronograma de realização dos serviços: conforme agendamento com a unidade de realização do serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços descritos nos anexos deste Termo de Referência;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda a sexta-feira, em horário comercial (08h00 às 17h00min), mediante agendamento prévio e de forma a não interferir nas atividades de cada unidade.

5.3.1. Havendo necessidade os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos, pontos facultativos e feriados, desde que previamente agendados e autorizados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. As descrições de cada unidade a receber os serviços constam nos anexos deste Termo de Referência;

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 03 (três) meses para a dedetização e desratização, e de 06 (seis) meses para o serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de

medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo Gestor do Contrato para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a finalização do serviço contratado, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos

serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo

correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por preço global por item de cada grupo conforme pedidos realizados durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. **Ato de autorização para o exercício da atividade**, expedido pelo órgão competente, nos termos do Art. 4º da RDC nº 622, de 09 de março 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Registro, inscrição ou autorização do licitante para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, nos termos do Art. 4º da RDC nº 622, de 09 de março 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.26. Prova de atendimento aos requisitos do Art 4º, previstos na RDC nº 622 de 09 de março de 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): "Art. 4º A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente. Parágrafo único. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença”.

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de

recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.29. **Tratando-se de cooperativa**, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 381.248,40 (trezentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001 – Administração Direta – UASG 180157 – Comando de Policiamento do Interior 2;

II) Fonte de Recursos: 150010001 Tesouro Geral

III) Programa de Trabalho: 0612218194992000 - Administração Geral da Polícia Militar

IV) Elemento de Despesa: 339039

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. VERSÃO DE MINUTA UTILIZADA

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra - Licitação

Versão atualizada em: 07/01/2026

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TIAGO DE OLIVEIRA DE FRANCISCO

Auxiliar Seção de Aquisições



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 16:07:28.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo 01 - CPI-2.pdf (851.23 KB)
- Anexo II - Anexo 02 - 1 BAEP.pdf (373.75 KB)
- Anexo III - Anexo 03 - 8 BPMI.pdf (553.57 KB)
- Anexo IV - Anexo 04 - 35 BPMI.pdf (736.62 KB)
- Anexo V - Anexo 05 - 47 BPMI.pdf (210.12 KB)
- Anexo VI - Anexo 06 - 11 BPMI.pdf (570.28 KB)
- Anexo VII - Anexo 07 - 49 BPMI.pdf (606.37 KB)
- Anexo VIII - Anexo 08 - 26 BPMI.pdf (289.72 KB)
- Anexo IX - Anexo 09 - 34 BPMI.pdf (1.17 MB)

PROJETO BÁSICO GRUPO 1 – CPI-2

1. OBJETO

1.1. Este projeto tem por finalidade a contratação de serviço de dedetização, desratização, limpeza de caixas e reservatórios de água na sede do CPI-2.

1.2. Periodicidade:

1.2.1. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente após a conclusão de cada etapa.

1.2.2. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente após a conclusão de cada etapa.

2. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS/FORNECIDOS

2.1. Dedetização em toda área interna e no entorno das edificações, redes de esgoto, caixas de inspeção e caixas de gordura dos locais:

ITEM	EDIFICAÇÃO	NOME	Nº PAVIMENTOS	ÁREA TOTAL APROXIMADA (m²)	PROBLEMA ESPECÍFICO
1	1-A	ADMINISTRAÇÃO DO CPI-2	2	1790	-
2	1-B	CABINE ELÉT.	1	30	-
3	1-C	GABINETE DE TREINAMENTO	3	1660	-
4	1-D	MANUTENÇÃO	1	100	-
5	1-E	RANCHO	1	1000	-
6	1-F	SUBFROTA	1	1200	-
7	1-G	BRM	1	100	-
8	1-H	AG. REGIONAL	2	460	-
9		*AG REGIONAL (PISO ELEVADO)	1	190	DOS 460M² 190M² SÃO DE PISO ELEVADO

10	1-R	CABINE PRIMÁRIA E LIXEIRA	1	100	-
11	1-T	RESERVATÓRIO E CAIXA D'ÁGUA PRINCIPAL	1	10	Possível abrigo de ratos
12	1-J	UIS	2	820	Alta incidência de escorpiões / Alta incidência de ratos nas áreas adjacentes
13	1-K	CHURRASQ.	1	100	Alta incidência de escorpiões
14		MURO DE PEDRAS PRÓX CHURRASQ.	-	115	Possível abrigo de insetos
15	1-L	CABINE COPOM	1	100	-
16	1-M	COPOM	3	3180	Alta incidência de baratas e escorpiões.
17		*COPOM (PISO ELEVADO)	1	760	DOS 3180M ² 760M ² SÃO DE PISO ELEVADO
18	1-N	DISPONÍVEL	2	360	-
19	1-S	ESTANDE TIRO	1	240	-
20	1-P	ANTIGA ACADEMIA	1	120	Alta incidência de escorpiões
21	1-Q	GUARITA 1	1	4	-
-	ÁREA TOTAL EXTERNA (m²)		45.000		
-	ÁREA TOTAL INTERNA (m²)		13.000		

Tabela1: Áreas internas e externas a serem dedetizadas

* Locais com funcionamento 24 horas 7 dias por semana.

2.2. Dedetização por meio de nebulização de uma caixa subterrânea, localizada próxima a edificação 1-M, que possui aproximadamente 65 m³ e abriga muitas baratas.

2.3. Combate à formigas da espécie jardineira, carpinteira e similares que estão espalhadas em

várias áreas, como estacionamento de oficiais, perímetro do muro entre academia e COPOM, barranco ao lado do Copom e ao redor do campo, totalizando a parte visível, aproximadamente 200m²;

2.4. Desratização por meio de instalação de iscas no entorno das edificações e sob pisos elevados, itens 9 e 17 da Tabela 1, totalizando aproximadamente 150 caixas com iscas.

2.5. Limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água:

QTD POR CAPACIDADE	CAPACIDADE (L)	EDIFICAÇÃO INSTALADA/PRÓXIMA	LOCAL	MATERIAL
1	500	1-F	Subfrota	FIBROCIMENTO
19	1.000	1-J	UIS	FIBROCIMENTO
		1-J	UIS	FIBROCIMENTO
		1-J	UIS	FIBROCIMENTO
		1-J	UIS	FIBROCIMENTO
		1-J	UIS	FIBROCIMENTO
		1-J	UIS	FIBROCIMENTO
		1-A	ADM	POLIMERO
		1-A	ADM	FIBROCIMENTO
		1-H	AR	FIBROCIMENTO
		1-H	AR	FIBROCIMENTO
		1-H	AR	FIBROCIMENTO
		1-H	AR	FIBROCIMENTO
		1-H	AR	FIBROCIMENTO
		1-H	AR	FIBROCIMENTO
		1-E	RANCHO WC	FIBROCIMENTO
		1-E	RANCHO WC	FIBROCIMENTO
		1-P	ANTIGA ACADEMIA	FIBROCIMENTO
		1-S	ESTANDE DE TIRO	FIBROCIMENTO
		1-S	ESTANDE DE TIRO	FIBROCIMENTO
1	3.000	1-T	Torre ao lado da UIS	CONCRETO
4	5.000	1-C	GT	POLIMERO
		1-C	GT	POLIMERO
		1-C	GT	POLIMERO
1	8.000	1-T	Torre ao lado da UIS	CONCRETO
1	10.000	1-L	Sobre o solo atrás da cabine de força do COPOM	POLIMERO
2	20.000	1-M	COPOM	CONCRETO
		1-M	COPOM	CONCRETO
1	160.000	1-T	Reservatório subterrâneo	CONCRETO

Tabela2: Relação de caixas e reservatórios de água.

EDIFICAÇÕES DO CPI-2

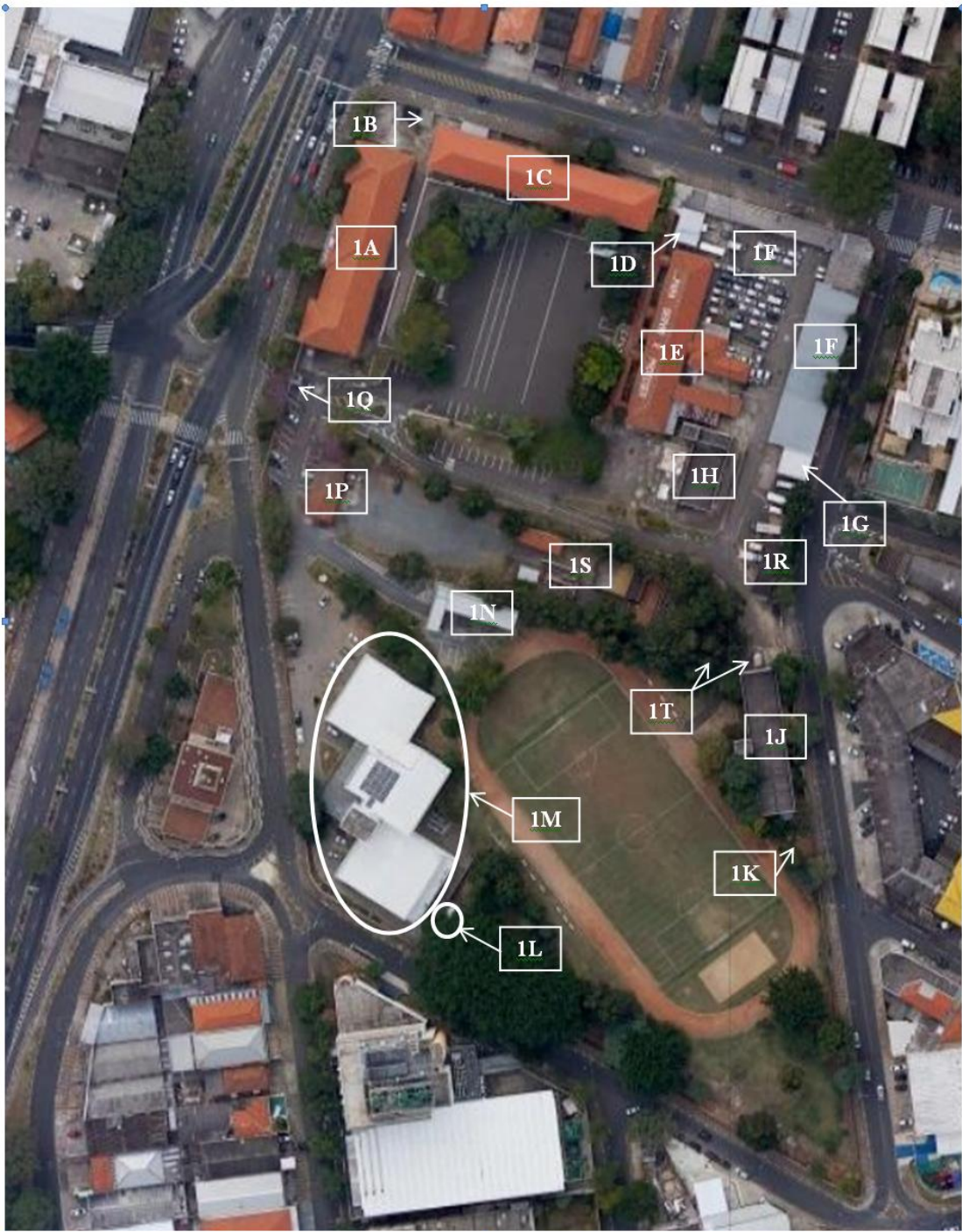


Figura 1: Edificações do Comando de Policiamento do interior 2

1-A	PRÉDIO ADM CPI-2	1-F	SUBFROTA	1-K	CHURRASQ.	1-P	ACADEMIA
1-B	CABINE ELÉT.	1-G	BRM	1-L	CABINE COPOM	1-Q	GUARITA 1
1-C	GABINETE DE TREIN.	1-H	AG. REGIONAL	1-M	COPOM	1-T	RES. ÁGUA
1-D	MANUTENÇÃO	1-R	CABINE PRIMÁRIA	1-N	DISPONÍVEL		
1-E	RANCHO	1-J	UIS/NAPS	1-S	ESTANDE TIRO		

3. DO MÉTODO A SER UTILIZADO

3.1. Dedetização:

3.1.1. O controle de pragas para a superfície deverá ser feito por meio de aplicação de inseticida de maneira uniforme sobre as superfícies, paredes (internas e externas), rodapés, na junção entre as paredes e o piso, através de pulverizadores manuais ou motorizados, de forma que os insetos que os percorram sejam contaminados pelos microscópicos cristais dos inseticidas aplicados;

3.1.2. O controle de pragas para tratamento localizado deverá ser realizado através de aplicação de inseticida diretamente nos esconderijos e abrigos dos insetos, localizados nas pequenas frestas, reentrâncias, rachaduras, gretas e nichos existentes nas superfícies e junções através de pulverizadores manuais, visando principalmente ao extermínio das formigas, baratas, aranhas e escorpiões;

3.1.2.1. Para o local indicado no 2.2. a aplicação será por meio de nebulização.

3.1.3. Para o tratamento do perímetro deverá ser aplicada barreira química protetora em torno das instalações. A aplicação dessa espécie de anel protetor objetiva impedir o acesso de novos insetos rasteiros ao interior da área alvo, evitando-se assim novas manifestações;

3.1.4. Os locais que apresentam piso elevado, itens 9 e 17 da Tabela 1, possuem trabalhos ininterruptos e deverão ser tratados, tanto sob do piso elevado, quanto na superfície, com produtos de menor impacto à saúde dos usuários e ao andamento dos serviços realizados;

3.1.5. Nas redes de esgoto, caixas de inspeção, caixas de gordura, ralos e válvulas de pia será depositado material em forma de pó;

3.1.6. O produto a ser aplicado nos sistemas de captação de águas pluviais será na forma líquida;

3.1.7. Para formigas, onde forem detectadas as do tipo jardineira, carpinteira e similares deverão ser utilizadas iscas em forma de grãos;

3.1.8. Para formigas do tipo doceira e similares deverão ser utilizados produtos em gel.

3.2. Desratização:

3.2.1. As iscas raticidas deverão ser colocadas em caixas protetoras, para evitar o contato de animais não alvos e pessoas, sendo distribuídas da seguinte forma:

3.2.1.1. Nas entradas das edificações sendo 2 por entrada (uma em cada lado do acesso);

3.2.1.2. No perímetro das edificações, a cada 10 metros de distância uma da outra. Se a medida linear, de uma determinada parede, for inferior a 10 metros, deve-se centralizar a caixa no local;

3.2.2. As iscas para ratos deverão ser do tipo extrusadas (paletizadas) não parafinadas.

3.3. Limpeza de caixas e reservatórios de água:

3.3.1. Compreenderá:

- 3.3.1.1. Programar juntamente com a CONTRATANTE a utilização das águas em estocagem para a diminuição do nível dos reservatórios de água;
- 3.3.1.2. Bloquear do fornecimento de água;
- 3.3.1.3. Bloquear as saídas de água dos reservatórios para os pontos de consumo;
- 3.3.1.4. Abrir e manter a válvula do dreno de limpeza aberta até a finalização do processo de limpeza do reservatório. Observar o local por onde a água está escoando para evitar danos em estruturas e componentes prediais;
- 3.3.1.5. Caso seja necessário o esgotamento do reservatório e este não possua tubulação de limpeza, retirar a água por bomba. Não será permitido o esgotamento da água pelas tubulações de consumo existentes a fim de evitar danos a equipamentos ligados à rede e/ou que comprometa a segurança dos usuários das instalações;
- 3.3.1.6. Retirar as sujidades, lodos incrustados nas paredes internas e fundos com bomba específica para este fim;
- 3.3.1.7. Jatear as paredes internas, fundo e tampa dos reservatórios com equipamentos lava a jato de média pressão direcionando a água até o sistema de drenagem podendo ser utilizados para auxílio do procedimento rodos, vassouras com fio de nylon, escovas e/ou esponjas de materiais não abrasivos;
- 3.3.1.8. Enxaguar as paredes, o fundo e as tampas dos reservatórios após a desinfecção.

3.4. Desinfecção de caixas e reservatórios de água:

- 3.4.1. Utilizar hipoclorito de sódio para a realização da desinfecção, com qualidade e pureza compatíveis e adequadas para uso na desinfecção de água para consumo humano em concentração de 20-25 mg/L. O produto utilizado deverá possuir registro na ANVISA;
- 3.4.2. Pulverizar a solução de hipoclorito de sódio nas paredes internas, fundo e tampas;
- 3.4.3. Repetir a operação de pulverização (3.4.2.) por mais três vezes em intervalos de 30 minutos;
- 3.4.4. Enxaguar com água as paredes internas, fundo e tampas, retirando toda a sobra de água e quaisquer resíduos existentes nas paredes e fundo do reservatório antes de realizar o reabastecimento do reservatório;
- 3.4.5. Encher o reservatório através da liberação dos registros de entrada de água. Em havendo necessidade, regular as torneiras boias nos mesmos níveis pré-existentes, verificando se todos os registros e válvulas estão nas posições corretas antes da finalização do atendimento;
- 3.4.6. Liberar a distribuição de água para consumo.

3.5. Relatórios:

3.5.1. Para os serviços de dedetização e desratização:

A contratada deverá emitir certificado de execução dos serviços realizados, constando:

3.5.1.1. Nome e razão social, endereço completo, data da execução dos serviços e locais de aplicação/manejo;

3.5.1.2. Quantidade e relação nominal dos produtos utilizados, sua composição química (qualitativa e quantitativa), nome químico, praga(s) alvo(s), toxicologia, grupo químico, concentração, precauções, antídoto, prazo de validade, fabricante e o número de registro deste(s) produto(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

3.5.1.3. Número do telefone do Centro de Referência ou Centro de Informação Toxicológica (CEATOX) mais próximo em casos de intoxicação;

3.5.1.4. Carimbo e assinatura do responsável técnico com o respectivo número no registro do Conselho da Categoria;

Esse Certificado deverá ser afixado em local de fácil visibilidade, conforme RDC ANVISA N.º 52/2009.

3.5.5. Para os serviços de limpeza e desinfecção de caixas e reservatórios de água:

3.5.5.1. A contratada deverá apresentar à Seção Logística um relatório técnico para cada reservatório, contendo as atividades detalhadas executadas e pendentes e a discriminação das horas trabalhadas e profissionais que executaram os serviços;

3.5.5.2. O Relatório Técnico ou Relatório de Higienização deverá possuir registro fotográfico, em papel timbrado devidamente assinado por seu representante legal ou técnico contendo ainda localização do reservatório, tipo e volume do reservatório e a data da realização dos serviços.

3.5.5.3. O registro fotográfico deverá conter as fotos dos reservatórios antes e após os serviços de higienização.

3.5.5.4. O Relatório Técnico deverá conter a FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) do produto utilizado para a realização da desinfecção assim como a diluição realizada do mesmo.

4. DO CRONOGRAMA DAS APLICAÇÕES

4.1. Os serviços serão realizados de segunda a sexta-feira, em horário comercial (08h00 às 17h00min), mediante agendamento prévio e de forma a não interferir nas atividades do Comando de Policiamento do Interior 2;

4.2. Havendo necessidade os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos, pontos facultativos e feriados, desde que previamente agendados e autorizados;

5. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.1. A garantia dos serviços prestados para dedetização e desratização deverá ser de no mínimo, 3 (três) meses;

5.2. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante durante o período da garantia;

5.3. Para o serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água a garantia dos serviços prestados deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses.

6. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

6.1. Fornecer os insumos necessários, adequados e em quantidade suficiente para a realização das atividades, respeitando a legislação vigente e observando as boas práticas técnicas e ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação dos demais produtos químicos na realização dos serviços, quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação dos resíduos.

6.2. Identificar todos os equipamentos, materiais e utensílios de sua propriedade, e todas as embalagens dos produtos utilizados na execução dos serviços.

6.3. Informar por escrito ao gestor do contrato, no início da prestação dos serviços e sempre que requerido, informações dos funcionários que prestarão os serviços.

6.4. Afastar de imediato das dependências da Contratante, funcionário cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços.

6.5. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outros a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação.

6.6. Dar ciência imediata e por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

6.7. A empresa contratada deverá recolher as embalagens vazias dos produtos desinfetantes/praguicidas, dando-lhes adequada destinação, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

6.8. A empresa contratada, assim como seu responsável técnico, responderão pela supervisão, qualidade, eficácia e segurança dos serviços prestados.

6.9. Para execução dos serviços referente a limpeza e desinfecção dos reservatórios e caixas-d'água a empresa contratada deverá estar ciente de que os funcionários, conforme o serviço a ser prestado, deverão possuir: ASO, NR 33 e NR 35.

6.10. A contratante, ao seu critério, poderá solicitar apresentação dos documentos comprovando a capacitação nas normas citadas no item anterior, e ainda:

6.10.1. Lista da equipe de trabalho com nomes dos funcionários que prestarão o serviço e suas respectivas funções;

6.10.2. Cópias de Fichas de Registro, Contrato ou Carteira de Trabalho comprovando cargos e vínculos empregatícios;

6.10.3. Cópia das ASO – Atestado de Saúde Ocupacional – devidamente APTOS às funções designadas.

6.10.4. Deverá realizar visita a fim de conhecer as especificidades dos trabalhos, tais como, dificuldades de acesso, trabalho em altura, meios já disponíveis, materiais necessários, etc.

6.10.5. Equipamentos: os equipamentos de utilização manual ou eletromecânico deverão estar em boas condições e devidamente protegidos, conforme normas técnicas e de orientação de seu fabricante;

6.10.6. Materiais: os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade e em conformidade com especificado neste memorial.

6.10.7. Funcionários: os funcionários deverão estar devidamente uniformizados e identificados. O uso dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamento de Proteção Coletiva) é obrigatório. Todas as atividades devem ser executadas em conformidade com Normas Regulamentadoras e Boas Práticas de Serviços.

6.10.8. Resíduos: deverá ser realizada a limpeza do local onde foram executados os serviços, recolhendo todos os resíduos que forem gerados. O descarte destes deverá ser realizado em conformidade com a legislação vigente.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada.

7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de fiscais e gestores devidamente nomeados.

7.3. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

7.4. Prestar aos funcionários da Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços.

8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

8.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 8º BPM/I e suas unidades, através do **email** cpi2ip4@policiamilitar.sp.gov.br, **tel nº (19) 3772-6704**, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

8.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

8.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

8.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

8.5. Prazo para a realização dos serviços: até 30 dias após empenho.

8.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

PROJETO BÁSICO GRUPO 2 – 1º BAEP

1. INTRODUÇÃO.

1.1. Este projeto tem a finalidade de possibilitar que o 1º BAEP contrate serviço especializado em dedetização, desratização e limpeza das caixas d'água nas dependências da Sede do Batalhão e Cias atreladas, por meio da prestação de serviços não contínuos por empresa especializada em desinsetização, desratização e limpeza de caixas mediante disponibilização de equipamentos, profissionais, fornecimento de produtos e demais itens para a perfeita execução das atividades.

2. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO.

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	NATUREZA DE DESP
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas.	113700	33903936
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	33903796

2.1. Aplicação dos inseticidas, observando as normas de segurança;

2.2. Aplicação dos raticidas, observando as normas de segurança;

2.4. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.5. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.6. Fornecimento do certificado de garantia.

2.7. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante durante o período da garantia;

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO.

3.1. Os serviços serão desenvolvidos nos locais descritos na tabela abaixo incorporando ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a ação, o abrigo e a proliferação de pragas e a eliminação de micro-organismos eventualmente presentes na água dos reservatórios da Contratante, utilizando-se de aplicações de produtos específicos e/ou medidas apropriadas, de modo a garantir a segurança dos usuários do local e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Item	Nome da unidade	Município	Área total (m²)	Área construída (m²)
1	1º BAEP	Campinas	7.588,10 m2	3.818 m2

3.2. Os serviços dedesinsetização, desratização e controle de pragas deverão estar de acordo com o disposto na legislação em vigor (RDC nº 622, de 09/03/2022, Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000 e suas alterações), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

3.3. **Desinsetização:** tratamento químico ofensivo e preventivo contra insetos através de produtos inodoros e inofensivos à saúde humana, desinfecção de ralos e tubulações;

3.4. **Desratização:** tratamento químico para extermínio e controle de roedores, com o emprego de iscas parafinadas ou grânulos acondicionados em PIP's (Pontos de Iscagem Permanente);

3.5. A Contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, cupins, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade;

3.6. Os serviços de desinsetização e desratização contemplarão todas as áreas internas e externas dos imóveis, conforme planilha abaixo:

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

ITEM	CÓDIGO BEC	DESCRIÇÃO	QTD	LITROS	ALTURA EM QUE A CAIXA D'ÁGUA ESTA INSTALADA	LOCAL
01	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua em torre	1	60.000	10m	Sede do 1º BAEP
02	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua em torre	1	40.000	10m	Sede do 1º BAEP
03	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua em torre	1	1000	10m	Sede do 1º BAEP

4.1. Os serviços de limpeza de caixas d'água deverão estar em conformidade com o disposto na legislação em vigor (Comunicado CVS nº 36, de 27/10/1991 - Limpeza de Caixa d'água e Comunicado CVS nº 6, de 12/01/2011), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

4.2. Limpeza e desinfecção de caixas d'água: tratamento mecânico que consiste na remoção de resíduos presentes nas paredes internas dos reservatórios e desinfecção para eliminação de microorganismos potencialmente patogênicos através de produto químico desinfetante.

4.3. A limpeza a ser realizada não poderá danificar a impermeabilização preexistente, sendo vetados solventes, ácidos ou outros compostos que venham a interagir com os materiais impermeabilizantes, bem como jatos d'água com pressão muito forte ou equipamentos que provoquem abrasão;

4.4. Fluxograma de trabalho:

- a) Esvaziamento das caixas pôr completo;
- b) Lavagem com hidro jato ou escovação para retirada de todos os resíduos e matéria orgânica;
- c) Enxágue com água limpa;
- d) lavagem com hipoclorito de sódio a 5% de cloro ativo;
- e) Enxágüe com água limpa;

- f) Aguardar um determinado tempo para que haja uma desinfecção completa da caixa;
- g) Cloração de água com hipoclorito de sódio a 1% de cloro ativo;
- h) Tratamento de água com pastilhas algicidas;
- i) Aguardar 30 minutos para utilizar a água.

5. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. O serviço será executado:

5.1.1. Sede do 1º BAEP, sito a Av Do Ipiranga, 60, Ponte Preta – Campinas/SP – fone (19) 3236.5346.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 1º BAEP e suas companhias atrelada, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

6.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

6.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

6.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

6.5. Prazo para a realização dos serviços: 30 dias após data estipulada para o início dos serviços.

6.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

PROJETO BÁSICO GRUPO 3 – 8º BPM/I

1. INTRODUÇÃO.

1.1. Este projeto tem a finalidade de possibilitar que o 8º BPMI contrate serviço especializado em dedetização, desratização e limpeza das caixas d'água nas dependências da Sede do Batalhão e unidades subordinadas, por meio da prestação de serviços não contínuos por empresa especializada em desinsetização, desratização e limpeza de caixas mediante disponibilização de equipamentos, profissionais, fornecimento de produtos e demais itens para a perfeita execução das atividades, objetivando atender à Sede do 8 BPM/I, 1ª Cia PM (Sede, Posto Policial Centro e Base Comunitária Cambuí), 2ª Cia PM, 3º Cia PM e 4ª Cia PM .

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	NATUREZA DE DESP
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas.	113700	33903936
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	33903796

2.1. Aplicação dos inseticidas, observando as normas de segurança;

2.2. Aplicação dos raticidas, observando as normas de segurança;

2.3. Limpeza das caixas d'água, observando as normas de segurança;

2.4. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.5. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.6. Fornecimento do certificado de garantia.

2.7. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante durante o período da garantia;

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO.

3.1. Os serviços serão desenvolvidos nos locais descritos na tabela abaixo incorporando ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a ação, o abrigo e a proliferação de pragas e a eliminação de micro-organismos eventualmente presentes na água dos reservatórios da Contratante, utilizando-se de aplicações de produtos específicos e/ou medidas apropriadas, de modo a garantir a segurança dos usuários do local e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Item	Nome da unidade	Município	Área total (m²)	Área construída (m²)
1	EM (Sede Batalhão)	Campinas	13.346,81	3.639,37
2	1ª Cia - Sede	Campinas	2808,59	1877,43
3	1ª Cia PM Base Policial Centro	Campinas	14,00	14,00
4	1ª Cia PM Base Comunitária Cambuí	Campinas	95,00	45,00
5	2ª Cia PM	Campinas	396,50	660,25
6	3ª Cia PM	Campinas	1.000,00	637,03
7	4ª Cia PM	Paulínia	2.550,00	1558,00

3.2. Os serviços dedesinsetização, desratização e controle de pragas deverão estar de acordo com o disposto na legislação em vigor (RDC nº 622, de 09/03/2022, Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000 e suas alterações), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

3.3. **Desinsetização:** tratamento químico ofensivo e preventivo contra insetos através de produtos inodoros e inofensivos à saúde humana, desinfecção de ralos e tubulações;

3.4. **Desratização:** tratamento químico para extermínio e controle de roedores, com o emprego de iscas parafinadas ou grânulos acondicionados em PIP's (Pontos de Iscagem Permanente);

3.5. A Contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, cupins, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade;

3.6. Os serviços de desinsetização e desratização contemplarão todas as áreas internas e externas dos imóveis, conforme planilha abaixo:

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

Item	Unidade	Município	Caixa D'água	Litros/cada	Total de litros
1	EM (Batalhão)	Campinas	02- alvenaria 01 - alvenaria 01 - alvenaria	18.500 17.000 6.000	60000
2	1ª Cia (Sede)	Campinas	01- polietileno 01- polietileno 03 -amianto	1.000 500 500	3000
3	1ª Cia (Base Cambuí)	Campinas	01 - polietileno	1.000	1000
4	1ª Cia (Posto Policial Centro)	Campinas	01 - polietileno	500	500
5	2ª Cia (Sede)	Campinas	02 - polietileno	1.000	2000
6	3ª Cia (sede)	Campinas	02 - polietileno	2.750	5500
7	4ª Cia (sede)	Paulínia	02 - polietileno	3.000	6000

4.1. Os serviços de limpeza de caixas d'água deverão estar em conformidade com o disposto na legislação em vigor (Comunicado CVS nº 36, de 27/10/1991 - Limpeza de Caixa d'água e Comunicado CVS nº 6, de 12/01/2011), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

4.2. Limpeza e desinfecção de caixas d'água: tratamento mecânico que consiste na remoção de resíduos presentes nas paredes internas dos reservatórios e desinfecção para eliminação de microorganismos potencialmente patogênicos através de produto químico desinfetante.

4.3. A limpeza a ser realizada não poderá danificar a impermeabilização preexistente, sendo vetados solventes, ácidos ou outros compostos que venham a interagir com os materiais impermeabilizantes, bem como jatos d'água com pressão muito forte ou equipamentos que provoquem abrasão;

4.4. Fluxograma de trabalho:

- a) Esvaziamento das caixas pôr completo;
- b) Lavagem com hidro jato ou escovação para retirada de todos os resíduos e matéria orgânica;
- c) Enxágue com água limpa;
- d) lavagem com hipoclorito de sódio a 5% de cloro ativo;
- e) Enxágue com água limpa;
- f) Aguardar um determinado tempo para que haja uma desinfecção completa da caixa;
- g) Cloração de água com hipoclorito de sódio a 1% de cloro ativo;
- h) Tratamento de água com pastilhas algicidas;

- i) Aguardar 30 minutos para utilizar a água.

5. DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. O serviço será executado:

5.1.1. Sede do 8º Batalhão de Polícia Militar do Interior Rua Luís Gama, nº 298, no bairro Bonfim em Campinas-SP;

5.1.2. **1ª Cia do 8º BPM/I**, Av das Amoreiras, 191 – Parque Itália – Campinas/SP

5.1.3. **1ª Cia do 8º BPM/I**, Base Policial Centro - Av Francisco Glicério, S/N, Centro, Campinas- SP (em frente à Catedral Metropolitana de Campinas);

5.1.4. **1ª Cia do 8º BPM/I**, Base Comunitária Cambuí- Rua São Pedro, S/N, Cambuí, Campinas-SP (no Centro de Convivência Cultural de Campinas-SP);

5.1.5. **2ª Cia do 8º BPM/I**, Av Nossa Senhora de Fátima, 1539 – Jd Bela Vista / Taquaral - Campinas/SP;

5.1.6. **3ª Cia do 8º BPM/I**, Rua Ana Maria de Souza, nº 61, no bairro Jd Sta Genebra II em Campinas-SP;

5.1.4. **4ª Cia do 8º BPM/I**, Av. José Paulino, nº 3112, no bairro Pq Figueira, em Paulínia-SP;

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 8º BPM/I e suas unidades, através do **email** 8bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br, **tel nº (19) 3241-7825**, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

6.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços..

6.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

6.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

6.5. Prazo para a realização dos serviços: 30 dias após data estipulada para o início dos serviços.

6.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

PROJETO BÁSICO GRUPO 4 – 35º BPM/I

1. INTRODUÇÃO.

1.1. Este projeto tem a finalidade de possibilitar que o 35º BPMI contrate serviço especializado em dedetização, desratização e limpeza das caixas d'água nas dependências da Sede do Batalhão e unidades subordinadas, por meio da prestação de serviços não contínuos por empresa especializada em desinsetização, desratização e limpeza de caixas mediante disponibilização de equipamentos, profissionais, fornecimento de produtos e demais itens para a perfeita execução das atividades, objetivando atender à Sede do 35º BPM/I, 1ª Cia PM, 2ª Cia PM, 3ª Cia PM, 4ª Cia PM, 1º Pel da 4ª Cia PM.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	NATUREZA DE DESP
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas.	113700	33903936
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	33903796

2.1. Aplicação dos inseticidas, observando as normas de segurança;

2.2. Aplicação dos raticidas, observando as normas de segurança;

2.3. Limpeza das caixas d'água, observando as normas de segurança;

2.4. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.5. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.6. Fornecimento do certificado de garantia.

2.7. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO.

3.1. Os serviços serão desenvolvidos nos locais descritos na tabela abaixo incorporando ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a ação, o abrigo e a proliferação de pragas e a eliminação de micro-organismos eventualmente presentes na água dos reservatórios da Contratante, utilizando-se de aplicações de produtos específicos e/ou medidas apropriadas, de modo a garantir a segurança dos usuários do local e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Item	Nome da unidade	Município	Área total (m²)	Área construída (m²)
1	EM (Sede)	Campinas	1894,14	1894,14
2	1ª Cia PM	Campinas	2.203,06	343,07
3	2ª Cia PM	Campinas	565	397,20
4	3ª Cia PM / FT	Campinas	33.866,25	1.523,32
5	4ª Cia PM	Valinhos	5.167	1.200
6	1º Pel 4ª Cia PM	Vinhedo	1.071	334

3.2. Os serviços dedesinsetização, desratização e controle de pragas deverão estar de acordo com o disposto na legislação em vigor (RDC nº 622, de 09/03/2022, Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000 e suas alterações), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

3.3. **Desinsetização:** tratamento químico ofensivo e preventivo contra insetos através de produtos inodoros e inofensivos à saúde humana, desinfecção de ralos e tubulações;

3.4. **Desratização:** tratamento químico para extermínio e controle de roedores, com o emprego de iscas parafinadas ou grânulos acondicionados em PIP's (Pontos de Iscagem Permanente);

3.5. A Contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, cupins, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade;

3.6. Os serviços de desinsetização e desratização contemplarão todas as áreas internas e externas dos imóveis, conforme planilha abaixo:

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

Item	Nome da unidade	Município	Numero de caixas d'água	Volume caixas de igual (litros)l	Material
1	EM (Sede)	Campinas	03	3.000	PVC
2	1ª Cia PM	Campinas	03	1.000	2 PVC E 1 BRASILIT
3	2ª Cia PM	Campinas	02	500	POLIETILENO
4	3ª Cia PM / FT	Campinas	07	6 cx de 500 e 1 cx de 30.000	1 AMIANTO 5 PVC ALVENARIA
5	4ª Cia PM	Valinhos	01	20.000	ALVENARIA
6	1º Pel 4ª Cia PM	Vinhedo	02	1.000 e 100	PVC

4.1. Os serviços de limpeza de caixas d'água deverão estar em conformidade com o disposto na legislação em vigor (Comunicado CVS nº 36, de 27/10/1991 - Limpeza de Caixa d'água e Comunicado CVS nº 6, de 12/01/2011), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

4.2. Limpeza e desinfecção de caixas d'água: tratamento mecânico que consiste na remoção de resíduos presentes nas paredes internas dos reservatórios e desinfecção para eliminação de microorganismos potencialmente patogênicos através de produto químico desinfetante.

4.3. A limpeza a ser realizada não poderá danificar a impermeabilização preexistente, sendo vetados solventes, ácidos ou outros compostos que venham a interagir com os materiais impermeabilizantes, bem como jatos d'água com pressão muito forte ou equipamentos que provoquem abrasão;

4.4. Fluxograma de trabalho:

- a) Esvaziamento das caixas pôr completo;
- b) Lavagem com hidro jato ou escovação para retirada de todos os resíduos e matéria orgânica;
- c) Enxágue com água limpa;
- d) Lavagem com hipoclorito de sódio a 5% de cloro ativo;
- e) Enxágue com água limpa;
- f) Aguardar um determinado tempo para que haja uma desinfecção completa da caixa;

- g) Cloração de água com hipoclorito de sódio a 1% de cloro ativo;
- h) Tratamento de água com pastilhas algicidas;
- i) Aguardar 30 minutos para utilizar a água.

5. DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. O serviço será executado:

5.1.1. **Sede do 35º Batalhão** de Polícia Militar do Interior, Av. Washington Luiz, 2300 - VI Marieta – Campinas/SP;

5.1.2. **1ª Cia do 35º BPM/I** sito a Rua Macaraí, 120 - Santa Odila – Campinas /SP

5.1.3. **2ª Cia do 35º BPM/I** sito a Av. Guarani, 1190 - Jardim Guarani – Campinas/SP;

5.1.4. **3ª Cia do 35º BPM/I / Força Tática** sito a Av. Brasil, 2100 - Vila Nova – Campinas/SP

5.1.5. **4ª Cia do 35º BPM/I** sito a Rua Artur Bernardes, 53 - Vila Angeli – Valinhos/SP;

5.1.6. **1º Pelotão da 4ª Cia do 35º BPM/I** sito a Rua Brasília, 435 - Centro – Vinhedo/SP.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 35º BPM/I e suas unidades, através do **email** 35bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br, **tel nº (19) 3779-7194**, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

6.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços..

6.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

6.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

6.5. Prazo para a realização dos serviços: 30 dias após data estipulada para o início dos serviços.

6.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

PROJETO BÁSICO GRUPO 5 – 47º BPM/I

1. INTRODUÇÃO.

1.1. Este projeto tem a finalidade de possibilitar que o 47º BPMI contrate serviço especializado em dedetização, desratização e limpeza das caixas d'água nas dependências da Sede do Batalhão e unidades subordinadas, por meio da prestação de serviços não contínuos por empresa especializada em desinsetização, desratização e limpeza de caixas mediante disponibilização de equipamentos, profissionais, fornecimento de produtos e demais itens para a perfeita execução das atividades, objetivando atender à Sede do 47º BPM/I, 1ª Cia PM, 2ª Cia PM, 3ª Cia PM e 5ª Cia PM.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	NATUREZA DE DESP
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas.	113700	33903936
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	33903796

2.1. Aplicação dos inseticidas, observando as normas de segurança;

2.2. Aplicação dos raticidas, observando as normas de segurança;

2.3. Limpeza das caixas d'água, observando as normas de segurança;

2.4. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.5. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.6. Fornecimento do certificado de garantia.

2.7. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO.

3.1. Os serviços serão desenvolvidos nos locais descritos na tabela abaixo incorporando ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a ação, o abrigo e a proliferação de pragas e a eliminação de micro-organismos eventualmente presentes na água dos reservatórios da Contratante, utilizando-se de aplicações de produtos específicos e/ou medidas apropriadas, de modo a garantir a segurança dos usuários do local e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

CÓDIGO BEC	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	QTD	UNIT	TOTAL DE ÁREA CONSTRUÍDA	ÁREA TOTAL DO TERRENO
113700	Sede do 47º BPM/I	01	m²	12691	32000
113700	1ª Companhia	01	m²	533	2337
113700	2ª Companhia	01	m²	299	2115
113700	3ª Companhia	01	m²	511	660
113700	5ª Companhia	01	m²	488	1260

3.2. Os serviços de desinsetização, desratização e controle de pragas deverão estar de acordo com o disposto na legislação em vigor (RDC nº 622, de 09/03/2022, Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000 e suas alterações), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

3.3. **Desinsetização:** tratamento químico ofensivo e preventivo contra insetos através de produtos inodoros e inofensivos à saúde humana, desinfecção de ralos e tubulações;

3.4. **Desratização:** tratamento químico para extermínio e controle de roedores, com o emprego de iscas parafinadas ou grânulos acondicionados em PIP's (Pontos de Iscagem Permanente);

3.5. A Contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, cupins, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade;

3.6. Os serviços de desinsetização e desratização contemplarão todas as áreas internas e externas dos imóveis, conforme planilha abaixo:

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

ITEM	CÓDIGO BEC	DESCRIÇÃO	QTD	LITROS	ALTURA EM QUE A CAIXA D'ÁGUA ESTA INSTALADA	LOCAL
01	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua em torre	1	10.000	10m	Sede do 47º BPM/I
02	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua sobre laje	1	3.000	3m	Sede do 47º BPM/I
03	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua sobre laje	2	1.000 cada	3,5m	Sede da 1ª Companhia
04	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua sobre laje	3	1.000 cada	5m	Sede da 2ª Companhia
05	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua sobre laje	2	1.000 cada	7m	Sede da 3ª Companhia
06	243639	Limpeza e desinfecção de caixa d'agua sobre laje	4	500 cada	4m	Sede da 5ª Companhia

4.1. Os serviços de limpeza de caixas d'água deverão estar em conformidade com o disposto na legislação em vigor (Comunicado CVS nº 36, de 27/10/1991 - Limpeza de Caixa d'água e Comunicado CVS nº 6, de 12/01/2011), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

4.2. Limpeza e desinfecção de caixas d'água: tratamento mecânico que consiste na remoção de resíduos presentes nas paredes internas dos reservatórios e desinfecção para eliminação de microorganismos potencialmente patogênicos através de produto químico desinfetante.

4.3. A limpeza a ser realizada não poderá danificar a impermeabilização preexistente, sendo vetados solventes, ácidos ou outros compostos que venham a interagir com os materiais impermeabilizantes, bem como jatos d'água com pressão muito forte ou equipamentos que provoquem abrasão;

4.4. Fluxograma de trabalho:

- a) Esvaziamento das caixas pôr completo;
- b) Lavagem com hidro jato ou escovação para retirada de todos os resíduos e matéria orgânica;
- c) Enxágue com água limpa;
- d) lavagem com hipoclorito de sódio a 5% de cloro ativo;
- e) Enxágue com água limpa;

- f) Aguardar um determinado tempo para que haja uma desinfecção completa da caixa;
- g) Cloração de água com hipoclorito de sódio a 1% de cloro ativo;
- h) Tratamento de água com pastilhas algicidas;
- i) Aguardar 30 minutos para utilizar a água.

5. DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. O serviço será executado:

5.1.1. **Sede do 47º Batalhão de Polícia Militar do Interior** Rua João Cardoso, nº 47, Vila Teixeira, CEP 13032-405, Campinas – SP;

5.1.2. **1ª Cia do 47º BPM/I**, Rua Concorde, s/n, Rodovia Santos Dumont, 66km, jardim Princesa D'Oeste, Campinas – SP;

5.1.3. **2ª Cia do 47º BPM/I**, Rua Natale Bertucci, nº 138, Parque Valença, CEP 13058-525, Campinas – SP;

5.1.4. **3ª Cia do 47º BPM/I**, Rua Waldemar José Strazacappa, nº 272, Jardim Indianópolis, CEP 13050-215, Campinas – SP;

5.1.5. **5ª Cia do 47º BPM/I**, Rua Jurandir Ferraz de Campos, nº 545, Nova Aparecida, CEP 13068-602, Campinas – SP.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 8º BPM/I e suas unidades, através do **email** 47bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br, **tel nº (19) 3243-0849**, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

6.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

6.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

6.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

6.5. Prazo para a realização dos serviços: 30 dias após data estipulada para o início dos serviços.

6.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

PROJETO BÁSICO GRUPO 6 – 11º BPM/I

1. INTRODUÇÃO.

1.1. Este projeto tem a finalidade de possibilitar que o 11º BPMI contrate serviço especializado em dedetização, desratização e limpeza das caixas d'água nas dependências da Sede do Batalhão e unidades subordinadas, por meio da prestação de serviços não contínuos por empresa especializada em desinsetização, desratização e limpeza de caixas mediante disponibilização de equipamentos, profissionais, fornecimento de produtos e demais itens para a perfeita execução das atividades, objetivando atender à Sede do 11º BPM/I, 1ª Cia PM, 2ª Cia PM, 1º e 2º Pel PM.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	NATUREZA DE DESP
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas.	113700	33903936
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	33903796

2.1. Aplicação dos inseticidas, observando as normas de segurança;

2.2. Aplicação dos raticidas, observando as normas de segurança;

2.3. Limpeza das caixas d'água, observando as normas de segurança;

2.4. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.5. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.6. Fornecimento do certificado de garantia.

2.7. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO.

3.1. Os serviços serão desenvolvidos nos locais descritos na tabela abaixo incorporando ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a ação, o abrigo e a proliferação de pragas e a eliminação de micro-organismos eventualmente presentes na água dos reservatórios da Contratante, utilizando-se de aplicações de produtos específicos e/ou medidas apropriadas, de modo a garantir a segurança dos usuários do local e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

ITEM	Nome da unidade	Município	Área total (m²)	Área construída (m²)
1	EM (Sede)	Jundiáí	1.176,06	1395,00
2	1ª Cia PM	Jundiáí	401,70	521,88
3	2ª Cia PM	Jundiáí	784,00	784,00
4	1º Pel da 2ª Cia PM	Cabreúva	524,47	129,04
5	2º Pel da 2ª CIA PM	Itupeva	307,08	299,97

3.2. Os serviços dedesinsetização, desratização e controle de pragas deverão estar de acordo com o disposto na legislação em vigor (RDC nº 622, de 09/03/2022, Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000 e suas alterações), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

3.3. **Desinsetização:** tratamento químico ofensivo e preventivo contra insetos através de produtos inodoros e inofensivos à saúde humana, desinfecção de ralos e tubulações;

3.4. **Desratização:** tratamento químico para extermínio e controle de roedores, com o emprego de iscas parafinadas ou grânulos acondicionados em PIP's (Pontos de Iscagem Permanente);

3.5. A Contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, cupins, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade;

3.6. Os serviços de desinsetização e desratização contemplarão todas as áreas internas e externas dos imóveis, conforme planilha abaixo:

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

ITEM	Nome da unidade	Município	Número caixas de água	Volume caixas de água (litros)l	Material
1	EM (Sede)	Jundiaí	02	1000	PLÁSTICO
			03	500	AMIANTO
			02	500	PLÁSTICO
2	1ª Cia PM	Jundiaí	02	1000	PLÁSTICO
3	2ª Cia PM	Jundiaí	03	1000	PLÁSTICO
4	1º Pel da 2ª Cia PM	Cabreúva	02	500	AMIANTO e PLÁSTICO
5	2º Pel da 2ª CIA PM	Itupeva	01	500	ALVENARIA

4.1. Os serviços de limpeza de caixas d'água deverão estar em conformidade com o disposto na legislação em vigor (Comunicado CVS nº 36, de 27/10/1991 - Limpeza de Caixa d'água e Comunicado CVS nº 6, de 12/01/2011), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

4.2. Limpeza e desinfecção de caixas d'água: tratamento mecânico que consiste na remoção de resíduos presentes nas paredes internas dos reservatórios e desinfecção para eliminação de microorganismos potencialmente patogênicos através de produto químico desinfetante.

4.3. A limpeza a ser realizada não poderá danificar a impermeabilização preexistente, sendo vetados solventes, ácidos ou outros compostos que venham a interagir com os materiais impermeabilizantes, bem como jatos d'água com pressão muito forte ou equipamentos que provoquem abrasão;

4.4. Fluxograma de trabalho:

- a) Esvaziamento das caixas pôr completo;
- b) Lavagem com hidro jato ou escovação para retirada de todos os resíduos e matéria orgânica;

- c) Enxágue com água limpa;
- d) lavagem com hipoclorito de sódio a 5% de cloro ativo;
- e) Enxágüe com água limpa;
- f) Aguardar um determinado tempo para que haja uma desinfecção completa da caixa;
- g) Cloração de água com hipoclorito de sódio a 1% de cloro ativo;
- h) Tratamento de água com pastilhas algicidas;
- i) Aguardar 30 minutos para utilizar a água.

5. DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. O serviço será executado:

5.1.1. **Sede do 11º Batalhão de Polícia Militar do Interior**, Av. Carlos de Sales Bloch, 568, Anhangabaú – Jundiaí/SP;

5.1.2. **1ª Cia do 11º BPM/I**, Praça dos Andradas, s/nº, Centro – Jundiaí/SP;

5.1.3. **2ª Cia do 11º BPM/I**, Rod Dom Gabriel paulino Bueno couto- km 65, Bairro Medeiros – Jundiaí/SP;

5.1.4. **1º Pel da 2ª Cia do 11º BPM/I**, Rua Conselheiro Rodrigues Alçves, s/nº Centro – Cabreúva/SP;

5.1.5. **2º Pel da 2ª Cia do 11º BPM/I**, Rua Deolinda Silveira de Camargo, 93 – Jardim São Vicente – Itupeva/SP.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 8º BPM/I e suas unidades, através do **email** 11bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br, **tel nº (11) 4521-2333**, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

6.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

6.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será

pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

6.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

6.5. Prazo para a realização dos serviços: 30 dias após data estipulada para o início dos serviços.

6.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

PROJETO BÁSICO GRUPO 7 – 49º BPM/I

1. INTRODUÇÃO.

1.1. Este projeto tem a finalidade de possibilitar que o 49º BPMI contrate serviço especializado em dedetização, desratização e limpeza das caixas d'água nas dependências da Sede do Batalhão e unidades subordinadas, por meio da prestação de serviços não contínuos por empresa especializada em desinsetização, desratização e limpeza de caixas mediante disponibilização de equipamentos, profissionais, fornecimento de produtos e demais itens para a perfeita execução das atividades, objetivando atender à Sede do 49 BPM/I, 1ª Cia PM, 2ª Cia PM, 1º Pel PM, 1º Gp PM, 3ª Cia PM, 3º e 4º Pel PM e 1º GpPM.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	NATUREZA DE DESP
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas.	113700	33903936
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	33903796

2.1. Aplicação dos inseticidas, observando as normas de segurança;

2.2. Aplicação dos raticidas, observando as normas de segurança;

2.3. Limpeza das caixas d'água, observando as normas de segurança;

2.4. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.5. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.6. Fornecimento do certificado de garantia..

2.7. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO.

3.1. Os serviços serão desenvolvidos nos locais descritos na tabela abaixo incorporando ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a ação, o abrigo e a proliferação de pragas e a eliminação de micro-organismos eventualmente presentes na água dos reservatórios da Contratante, utilizando-se de aplicações de produtos específicos e/ou medidas apropriadas, de modo a garantir a segurança dos usuários do local e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Item	Nome da unidade	Município	Área total (m²)	Área construída (m²)
1	EM (Sede)	Jundiaí	1551,00	1075,00
2	1ª Cia PM e Pel de Força Tática	Jundiaí	15.574,62	745,00
3	2ª Cia PM	Itatiba	1946,00	363,00
4	1º Pel da 2ª Cia PM	Louveira	488,60	488,60
5	1º GP DA 2ª CIA PM	Morungaba	618,40	353,74
6	3ª Cia PM	Varzea Paulista	5500,00	651,00
7	3º E 4º Pel da 3ª Cia PM	Campo Limpo Paulista	352,00	352,00
8	1º GP da 3ª Cia PM	Jarinu	516,00	136,15

3.2. Os serviços dedesinsetização, desratização e controle de pragas deverão estar de acordo com o disposto na legislação em vigor (RDC nº 622, de 09/03/2022, Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000 e suas alterações), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

3.3. **Desinsetização:** tratamento químico ofensivo e preventivo contra insetos através de produtos inodoros e inofensivos à saúde humana, desinfecção de ralos e tubulações;

3.4. **Desratização:** tratamento químico para extermínio e controle de roedores, com o emprego de iscas parafinadas ou grânulos acondicionados em PIP's (Pontos de Iscagem Permanente);

3.5. A Contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, cupins, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade;

3.6. Os serviços de desinsetização e desratização contemplarão todas as áreas

internas e externas dos imóveis, conforme planilha abaixo:

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

Item	Nome da unidade	Município	Número caixas de água	Volume caixas de água (litros)	Material
1	EM (Sede)	Jundiaí	02	500	Amianto
			02	1.000	Amianto
			01	250	Amianto
2	1ª Cia PM e Pel de Força Tática	Jundiaí	02	500	Amianto
			01	1.000	Amianto
3	2ª Cia PM	Itatiba	02	1.000	Amianto
4	1º Pel da 2ª Cia PM	Louveira	01	1.000	Polietileno
5	1º GP DA 2ª CIA PM	Morungaba	02	1.000	Polietileno
6	3ª Cia PM	Varzea Paulista	01	1.000	Polietileno
7	3º E 4º Pel da 3ª Cia PM	Campo Limpo Paulista	01	1.000	Polietileno
8	1º GP da 3ª Cia PM	Jarinu	01	1.000	Polietileno

4.1. Os serviços de limpeza de caixas d'água deverão estar em conformidade com o disposto na legislação em vigor (Comunicado CVS nº 36, de 27/10/1991 - Limpeza de Caixa d'água e Comunicado CVS nº 6, de 12/01/2011), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

4.2. Limpeza e desinfecção de caixas d'água: tratamento mecânico que consiste na remoção de resíduos presentes nas paredes internas dos reservatórios e desinfecção para eliminação de microorganismos potencialmente patogênicos através de produto químico desinfetante.

4.3. A limpeza a ser realizada não poderá danificar a impermeabilização preexistente, sendo vetados solventes, ácidos ou outros compostos que venham a interagir com os materiais impermeabilizantes, bem como jatos d'água com pressão muito forte ou equipamentos que provoquem abrasão;

4.4. Fluxograma de trabalho:

- a) Esvaziamento das caixas pôr completo;
- b) Lavagem com hidro jato ou escovação para retirada de todos os resíduos e matéria orgânica;
- c) Enxágue com água limpa;
- d) lavagem com hipoclorito de sódio a 5% de cloro ativo;
- e) Enxágüe com água limpa;
- f) Aguardar um determinado tempo para que haja uma desinfecção completa da caixa;
- g) Cloração de água com hipoclorito de sódio a 1% de cloro ativo;
- h) Tratamento de água com pastilhas algicidas;
- i) Aguardar 30 minutos para utilizar a água.

5. DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. O serviço será executado:

5.1.1. **Sede do 49º Batalhão de Polícia Militar do Interior**, Rua Barão do Rio Branco, 318, Vila Arens – Jundiaí/SP – fone (11) 4587-5000;

5.1.2. **1ª Cia do 49º BPM/I e Pel da Força Tática**, Av. Comendador Antônio Borim, 3.480, Caxambu – Jundiaí/SP - fone (11) 4584-1688;

5.1.3. **2ª Cia do 49º BPM/I**, Rua Castro Alves, 372, Jardim Santa Terezinha – Itatiba/SP –fone (11) 4538-3661;

5.1.4. **1º Pel da 2ª Cia do 49º BPM/I**, Rua Antonio Chicalhone, 360 – Santo Antonio – Louveira/SP – fone (19) 3878-1458;

5.1.5. **1º Gp PM da 2ª Cia do 49º BPM/I**, Rua Pereira Cardoso, nº 34 -centro - Morungaba/SP;

5.1.6. **3ª Cia do 49º BPM/I**, Rua Frei Henrique de Coimbra, 42, Jardim Felicidade – Várzea Paulista/SP - fone: (11) 4606-1811;

5.1.7. **3º e 4º Pel da 3ª Cia do 49º BPM/I**, Av. Dos Emancipadores, 633, Jardim Santa Catarina – Campo Limpo Paulista – fone (11) 4039-3466;

5.1.8. **1º Gp PM da 3ª Cia do 49º BPM/I**, Rua Eugenio da Silva Bressane, 76, Centro – Jarinu/SP – fone (11) 4016-4394.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 8º BPM/I e suas unidades, através do **email** 49bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br, **tel nº (11) 4587-5000**, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

6.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

6.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

6.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

6.5. Prazo para a realização dos serviços: 30 dias após data estipulada para o início dos serviços.

6.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

PROJETO BÁSICO GRUPO 8 – 26º BPM/I

1. INTRODUÇÃO.

1.1. Este projeto tem a finalidade de possibilitar que o 26º BPMI contrate serviço especializado em dedetização, desratização e limpeza das caixas d'água nas dependências da Sede do Batalhão e unidades subordinadas, por meio da prestação de serviços não contínuos por empresa especializada em desinsetização, desratização e limpeza de caixas mediante disponibilização de equipamentos, profissionais, fornecimento de produtos e demais itens para a perfeita execução das atividades, objetivando atender à Sede do 26º BPM/I, 1ª Cia PM, Cia FT, 1º Gp PM, 2ª Cia PM, 1º Pel PM, 2º Pel PM, 1º Gp PM, 3ª Cia PM e 1º Gp PM.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	NATUREZA DE DESP
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas.	113700	33903936
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	33903796

2.1. Aplicação dos inseticidas, observando as normas de segurança;

2.2. Aplicação dos raticidas, observando as normas de segurança;

2.3. Limpeza das caixas d'água, observando as normas de segurança;

2.4. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.5. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.6. Fornecimento do certificado de garantia.

2.7. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a

Contratante.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO.

3.1. Os serviços serão desenvolvidos nos locais descritos na tabela abaixo incorporando ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a ação, o abrigo e a proliferação de pragas e a eliminação de micro-organismos eventualmente presentes na água dos reservatórios da Contratante, utilizando-se de aplicações de produtos específicos e/ou medidas apropriadas, de modo a garantir a segurança dos usuários do local e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Item	Nome da unidade	Município	Área total (m²)	Área construída (m²)
1	EM (Sede / 1ª Cia / FT)	Mogi Guaçu	5.015,23	2.870,10
2	1ª Cia PM/GPPM	Estiva Gerbi	250,00	152,00
3	2ª Cia PM	Mogi Mirim	5.222,03	553,00
4	2ª CIA PM/1º PelPM	Jaguariúna	85,00	290,21
5	2ª CIA PM/2º PelPM	Pedreira	750,00	319,00
6	2ª CIA PM/GpPM	Holambra	1.200,00	180,00
7	3ª Cia PM	Itapira	3.763,05	504,24
8	3ª CIA PM/GpPM	Santo Antônio de Posse	242,58	236,45

3.2. Os serviços dedesinsetização, desratização e controle de pragas deverão estar de acordo com o disposto na legislação em vigor (RDC nº 622, de 09/03/2022, Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000 e suas alterações), aprovação da CCIH e a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

3.3. **Desinsetização:** tratamento químico ofensivo e preventivo contra insetos através de produtos inodoros e inofensivos à saúde humana, desinfecção de ralos e tubulações;

3.4. **Desratização:** tratamento químico para extermínio e controle de roedores, com o emprego de iscas parafinadas ou grânulos acondicionados em PIP's (Pontos de Iscagem Permanente);

3.5. A Contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, cupins, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos,

equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade;

3.6. Os serviços de desinsetização e desratização contemplarão todas as áreas internas e externas dos imóveis, conforme planilha abaixo:

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

Item	Nome da unidade	Município	Número caixas de água	Volume caixas de água (litros)	Material
1	EM (Sede / 1ª Cia / FT)	Mogi Guaçu	02	15.000	POLIETILENO
2	1ª Cia PM/GP PM	Estiva Gerbi	02	500	CIMENTO
3	2ª Cia PM	Mogi Mirim	04	1.000	POLIETILENO
4	2ª CIA PM/1º Pel PM	Jaguariúna	01	1.000	POLIETILENO
5	2ª CIA PM/2º Pel PM	Pedreira	02	1.000	CIMENTO
6	2ª CIA PM/Gp PM	Holambra	02	1.000	POLIETILENO
7	3ª Cia PM	Itapira	02	1.000	POLIETILENO
8	3ª CIA PM/Gp PM	Santo Antônio de Posse	02	1.000	POLIETILENO E CIMENTO

4.1. Os serviços de limpeza de caixas d'água deverão estar em conformidade com o disposto na legislação em vigor (Comunicado CVS nº 36, de 27/10/1991 - Limpeza de Caixa d'água e Comunicado CVS nº 6, de 12/01/2011), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

4.2. Limpeza e desinfecção de caixas d'água: tratamento mecânico que consiste na remoção de resíduos presentes nas paredes internas dos reservatórios e desinfecção para eliminação de microorganismos potencialmente patogênicos através de produto químico desinfetante.

4.3. A limpeza a ser realizada não poderá danificar a impermeabilização preexistente, sendo vetados solventes, ácidos ou outros compostos que venham a interagir com os materiais impermeabilizantes, bem como jatos d'água com pressão muito forte ou equipamentos que provoquem abrasão;

4.4. Fluxograma de trabalho:

a) Esvaziamento das caixas pôr completo;

- b) Lavagem com hidro jato ou escovação para retirada de todos os resíduos e matéria orgânica;
- c) Enxágue com água limpa;
- d) lavagem com hipoclorito de sódio a 5% de cloro ativo;
- e) Enxágue com água limpa;
- f) Aguardar um determinado tempo para que haja uma desinfecção completa da caixa;
- g) Cloração de água com hipoclorito de sódio a 1% de cloro ativo;
- h) Tratamento de água com pastilhas algicidas;
- i) Aguardar 30 minutos para utilizar a água.

5. DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. O serviço será executado:

5.1.1. **Sede do 26º Batalhão de Polícia Militar do Interior, 1ª Cia e Força Tática**, Rua Maria Conceição Chiarelli Silva, 111, Jardim Novo 2 – Mogi Guaçu/SP – (19) 3841 8696;

5.1.2. **1ª Cia / GP PM do 26º BPM/I**, Rua Alberto Calefi Gerbi, 573, Centro, Estiva Gerbi/SP – (19) 3868-9505;

5.1.3. **2ª Cia do 26º BPM/I**, Rua Rio de Janeiro, 931, Saúde, Mogi Mirim/SP - (19) 3862-3520;

5.1.4. **1º Pel da 2ª Cia do 26º BPM/I**, Rua Rio de Janeiro, 80, Jd São João, Jaguariúna/SP – (19) 3867-2716;

5.1.5. **2º Pel da 2ª Cia do 26º BPM/I**, Rua Siqueira Campos, 294, Centro, Pedreira/SP – (19) 3893-2151;

5.1.6. **2ª Cia / GP PM do 26º BPM/I**, Rua Primavera, 1470, Centro, Holambra/SP – (19) 3802-1103;

5.1.7. **3ª Cia do 26º BPM/I**, Duque de Caxias, 727, Santa Cruz, Itapira/SP (19) 3863-0678;

5.1.8. **3ª Cia / GP PM do 26º BPM/I**, Rua Dr. Jorge Tibiriçá, 1351, Centro, Santo Antonio de Posse/SP;

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração,

prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 8º BPM/I e suas unidades, através do email 26bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br, tel nº (19) **3841-8292**, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

6.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

6.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

6.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

6.5. Prazo para a realização dos serviços: 30 dias após data estipulada para o início dos serviços.

6.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

PROJETO BÁSICO GRUPO 9 – 34º BPM/I

1. INTRODUÇÃO.

1.1. Este projeto tem a finalidade de possibilitar que o 34º BPMI contrate serviço especializado em dedetização, desratização e limpeza das caixas d'água nas dependências da Sede do Batalhão e unidades subordinadas, por meio da prestação de serviços não contínuos por empresa especializada em desinsetização, desratização e limpeza de caixas mediante disponibilização de equipamentos, profissionais, fornecimento de produtos e demais itens para a perfeita execução das atividades, objetivando atender à Sede do 34º BPM/I e suas Subunidades, sendo elas: Prédio da 1ª Cia/PM e prédios do 1º, 3º e 4º Gp/PM, Prédio da 2ª Cia/PM e prédios do 1º, 2º Gp/PM e 1º, 2º e 3º Pel/PM, prédio da 3ª Cia/PM e prédios do 1º, 2º e 3º Gp/PM e 1º Pel/PM.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	NATUREZA DE DESP
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas.	113700	33903936
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	33903796

2.1. Aplicação dos inseticidas, observando as normas de segurança;

2.2. Aplicação dos raticidas, observando as normas de segurança;

2.3. Limpeza das caixas d'água, observando as normas de segurança;

2.4. A dedetização/desratização será realizada 4 (quatro) vezes, sendo uma imediata e a próximas com previsão de acionamento a cada 3 meses, com garantias de 03 (três) meses cada serviço, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.5. A limpeza da caixa d'água será realizada 02 (duas) vezes, sendo uma imediata e a segunda com previsão de acionamento após 06 (seis) meses, com garantia de 6 (meses) cada limpeza, sendo que o pagamento será realizado separadamente em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo de cada etapa.

2.6. Fornecimento do certificado de garantia.

2.7. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO.

3.1. Os serviços serão desenvolvidos nos locais descritos na tabela abaixo incorporando ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a ação, o abrigo e a proliferação de pragas e a eliminação de micro-organismos eventualmente presentes na água dos reservatórios da Contratante, utilizando-se de aplicações de produtos específicos e/ou medidas apropriadas, de modo a garantir a segurança dos usuários do local e a conformidade com a legislação ambiental vigente.

ITEM	NOME DA UNIDADE	MUNICÍPIO	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)
1	EM (Sede)	BRAGANÇA PAULISTA	3.159,00	868,3
2	1ª Cia PM	BRAGANÇA PAULISTA	601,05	239,25
3	1º Gp/PM	PEDRA BELA	130	120
4	3º Gp/PM	TUIUTI	1216,31	151,4
5	4º Gp/PM	VARGEM	1380,6	159,25
6	2ª Cia/PM	AMPARO	638	739,35
7	1º Gp/PM	MONTE ALEGRE DO SUL	72,99	72,99
8	2º Gp/PM	LINDÓIA	292,6	125
9	1º Pel/PM	SERRA NEGRA	720	236
10	2º Pel/PM	AGUAS DE LINDOIA	403	240
11	3º Pel/PM	SOCORRO	382,32	334,39
12	3ª Cia/PM	ATIBAIA	4814,77	917,38
13	1º Gp/PM	BOM JESUS DOS PERDÕES	600	187
14	2º Gp/PM	NAZARÉ PAULISTA	300	381,39
15	3º Gp/PM	JOANÓPOLIS	381	159,24
16	1º Pel/PM	PIRACAIA	465	173,88

3.2. Os serviços dedesinsetização, desratização e controle de pragas deverão estar de acordo com o disposto na legislação em vigor (RDC nº 622, de 09/03/2022, Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000 e suas alterações), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

3.3. **Desinsetização:** tratamento químico ofensivo e preventivo contra insetos através de produtos inodoros e inofensivos à saúde humana, desinfecção de ralos e tubulações;

3.4. **Desratização:** tratamento químico para extermínio e controle de roedores, com o emprego de iscas parafinadas ou grânulos acondicionados em PIP's (Pontos de Iscagem Permanente) no entorno das edificações;

3.5. A Contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, cupins, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade;

3.6. Os serviços de desinsetização e desratização contemplarão todas as áreas internas e externas dos imóveis, conforme planilha abaixo:

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

ITEM	NOME DA UNIDADE	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE CAIXAS D'ÁGUA	LITROS	MATERIAL
1	1ª Cia PM	BRAGANÇA PAULISTA	2	1.000lt cada	PLÁSTICO
2	1º Gp/PM	PEDRA BELA	1	500lt	AMIANTO
3	3º Gp/PM	TUIUTI	1	500lt	AMIANTO
4	4º Gp/PM	VARGEM	2	1.000lt cada	PLÁSTICO
5	2ª Cia/PM	AMPARO	1	5.000 lt	AMIANTO
6	1º Gp/PM	MONTE ALEGRE DO SUL	1	500lt	AMIANTO
7	2º Gp/PM	LINDÓIA	1	500lt	AMIANTO
8	1º Pel/PM	SERRA NEGRA	2	1.000lt cada	PLÁSTICO
9	2º Pel/PM	AGUAS DE LINDÓIA	1	500 lt	AMIANTO
10	3º Pel/PM	SOCORRO	2	1000lt cada	AMIANTO
11	3ª Cia/PM	ATIBAIA	1	15.000lt	CONCRETO
12	1º Gp/PM	BOM JESUS DOS PERDÕES	1	1.000lt	PLÁSTICO
13	2º Gp/PM	NAZARÉ PAULISTA	1	1.000lt	PLÁSTICO
14	3º Gp/PM	JOANÓPOLIS	1	1.000lt	PLÁSTICO
15	1º Pel/PM	PIRACAIA	1	500lt	AMIANTO

4.1. Os serviços de limpeza de caixas d'água deverão estar em conformidade com o disposto na legislação em vigor (Comunicado CVS nº 36, de 27/10/1991 - Limpeza de Caixa d'água e Comunicado CVS nº 6, de 12/01/2011), aprovação da CCIH e, a execução dos serviços, deverá atender as seguintes técnicas de aplicação:

4.2. Limpeza e desinfecção de caixas d'água: tratamento mecânico que consiste na remoção de resíduos presentes nas paredes internas dos reservatórios e desinfecção para eliminação de microorganismos potencialmente patogênicos através de produto químico desinfetante.

4.3. A limpeza a ser realizada não poderá danificar a impermeabilização preexistente, sendo vetados solventes, ácidos ou outros compostos que venham a interagir com os materiais impermeabilizantes, bem como jatos d'água com pressão muito forte ou equipamentos que provoquem abrasão;

4.4. Fluxograma de trabalho:

- a) Esvaziamento das caixas pôr completo;
- b) Lavagem com hidro jato ou escovação para retirada de todos os resíduos e matéria orgânica;
- c) Enxágue com água limpa;
- d) lavagem com hipoclorito de sódio a 5% de cloro ativo;
- e) Enxágüe com água limpa;
- f) Aguardar um determinado tempo para que haja uma desinfecção completa da caixa;
- g) Cloração de água com hipoclorito de sódio a 1% de cloro ativo;
- h) Tratamento de água com pastilhas algicidas;
- i) Aguardar 30 minutos para utilizar a água.

5. DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Nº	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
5.1	34º BPMI (SEDE)	Av. José Gomes da Rocha Leal, 1651, Centro, Bragança Paulista/SP	(11) 4033-4141
5.2	1ª Cia/PM	Av. Dos Imigrantes, Nº 01, Centro, Bragança Paulista/SP	(11) 4032-5700
5.3	1º Gp/PM	Praça Lavinia de Oliveira Leme, nº 03, Pedra Bela/SP	
5.4	3º Gp/PM	Rua Virgílio Joaquim de Lima, 389, Centro, Tuiuti/SP	(11) 4015-6183
5.5	4º Gp/PM	Rua Nossa Senhora de Fátima, 51, Centro, Vargem/SP	(11) 4598-4093
5.6	2ª Cia/PM	Praça da Bandeira, 05, Centro, Amparo/SP	(19) 3808-1256
5.7	1º Gp/PM	Rua João da Serra, 50, Centro, Monte Alegre do Sul/SP	(19) 3899-1424
5.8	2º Gp/PM	Rua Lourenço Lorençoni, 52, Centro, Lindóia/SP	(19) 3898-1129
5.9	1º Pel/PM	Rua Orlando Poletto, 141, B. Palmeiras, Serra Negra/SP	(19) 3892-2124
5.10	2º Pel/PM	Rua Brasília, 82 Vila Beatriz, Águas de Lindóia/SP	(19) 3824-1053
5.11	3º Pel/PM	Av. Gal. Glicério, 165, Centro, Socorro/SP	(19) 3895-1420
5.12	3ª Cia/PM	Rua Prof. João Antonio Rodrigues, 75, Vila Thais, Atibaia/SP	(11) 4411-3789
5.13	1º Gp/PM	Rua Dom Duarte Leopoldo, 131, Centro, Bom Jesus dos Perdões/SP	(11) 4012-7499
5.14	2º Gp/PM	Rua Cel Benedito Bueno, 765, Centro, Nazaré Paulista/SP	(11) 4597-1250
5.15	3º Gp/PM	Rua Dom José Maurício da Rocha, 25, Centro, Joanópolis/SP	(11) 4539-9478
5.16	1º Pel/PM	Rua Papa João XXIII, 104, Jardim, Piracaia/SP	(11) 4036-7015

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Todos os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, prevendo-se sua execução aos sábados e/ou domingos, de acordo com a disponibilidade do 34º BPM/I e suas unidades, através do **email** 34bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br, **tel nº (11) 4033-4141**, tendo em vista os procedimentos indispensáveis à sua realização, que inviabilizam o desempenho rotineiro das atividades da Administração.

6.2. O prazo máximo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

6.3. O serviço deverá ser realizado integralmente após a contratação e será pago em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do serviço, conforme norma do Estado.

6.4. A garantia do serviço executado será de 90 dias para dedetização e 180 dias para limpeza das caixas d'água.

6.5. Prazo para a realização dos serviços: 30 dias após data estipulada para o início dos serviços.

6.6. A nota fiscal eletrônica será emitida com a seguinte razão social: Comando de Policiamento de Interior 2, com o CNPJ: 04.198.514/0082-10 após a conclusão de todos os serviços previstos em todas as unidades.

7. PECULIARIDADES DE ACESSO.



7.1. Rua Virgílio Joaquim de Lima, 389, Centro, Tuiuti/SP – Aproximadamente 04 metros do solo ao telhado, não possui entrada interna.



7.2. Praça Lavínia de Oliveira Leme, nº 03, Pedra Bela/SP – Aproximadamente 07 metros do solo ao telhado, não possui entrada interna.



7.3. Rua Prof. João Antônio Rodrigues, nº 75 – Atibaia – Aproximadamente 20 metros de altura.



7.4. Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 51, Centro, Vargem/SP - Aproximadamente 07 metros do solo ao telhado, não possui entrada interna.

ESP-COMANDO POLIC.INT. 2 CPI-2-CAMPINAS

Estudo Técnico Preliminar 8/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00080641/2026-11

2. Descrição da necessidade

2.1. A manutenção da saúde e segurança de um órgão público depende diretamente de um ambiente limpo e livre de pragas e contaminações.

2.2. O CPI-2 e todas as suas OPM subordinadas são compostos por vários imóveis distribuídos por diversas cidades ao entorno de Campinas e, estas edificações necessitam de periódica manutenção das condições de higiene e controle de pragas, assim como da desinfecção das caixas d'água, a fim de evitar a proliferação de doenças e, até mesmo, preservação do patrimônio que pode ser degradado por roedores e insetos.

2.3. Diante disso, alguns procedimentos sanitários devem ser realizados, tais como:

2.3.1. Dedetização

2.3.1.1. A dedetização visa o controle e a eliminação de insetos, como baratas, formigas, mosquitos e outros vetores de doenças, como ratos. A presença desses insetos e animais podem causar desconforto e transmitir doenças graves, como dengue, zika, chikungunya, febre amarela e leptospirose, entre outras. Além de representar um risco à saúde pública, a infestação de insetos e animais podem comprometer a imagem e a credibilidade do órgão público, prejudicando a percepção de eficiência e cuidado com o ambiente. Além dos riscos à saúde, os roedores podem causar danos materiais ao roerem cabos, estruturas e documentos importantes. Portanto, a dedetização regular é crucial para prevenir infestações, proteger a integridade física do patrimônio público e manter um ambiente seguro e saudável.

2.3.2. Limpeza de Caixas d'Água

2.3.2.1. A limpeza das caixas d'água é um procedimento vital para assegurar a qualidade da água consumida e utilizada nas instalações do órgão público. Com o tempo, é comum que sedimentos, sujeiras e microrganismos se acumulem nas caixas d'água, tornando a água imprópria para o consumo e utilização. A água contaminada pode ser um veículo para diversas doenças, como gastroenterites e infecções bacterianas. Além disso, a limpeza regular das caixas d'água previne problemas operacionais em sistemas hidráulicos e assegura que a água fornecida esteja sempre em conformidade com os padrões de potabilidade.

2.4. Por isso, é imprescindível a realização periódica de dedetização e limpeza das caixas d'água.

2.5. Considerando que os serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água podem ser definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/21, os serviços são caracterizados como comum.

2.6. Considerando que os serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água devem ser realizados em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, nos termos do artigo 6º, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/21, os serviços são caracterizados como não contínuos ou por escopo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Auxiliar de UGE	Cb PM Tiago de Oliveira de Francisco

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Considerando as características do objeto, o qual possui necessidade de contratações frequentes, com base no artigo 3º, inciso I do Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023, a aquisição será promovida por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com a celebração de Ata de Registro de Preços (ARP) com validade de 12 (doze) meses, admitida a recondução, nos termos da legislação vigente.

4.2. O objeto da contratação será dividido em lotes baseados em proximidade geográfica das unidades, conforme anexo deste documento.

4.3. Será adotado o critério de julgamento de menor preço para a Administração Pública.

4.4. A contratação deverá prever no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.5. Conforme preconiza o Art. 4º da RDC nº 622, de 09 de março 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a empresa contratada deverá estar licenciada à autoridade sanitária ambiental competente, bem como atender todos os requisitos da citada resolução.

4.6. Deverá ser dada preferência por produtos de baixo impacto ambiental, duráveis e reparáveis.

4.7. A empresa a ser contratada ficará submetida a realizar:

a) A dedetização em toda área interna e no entorno das edificações, redes de esgoto, caixas de inspeção e caixas de gordura dessa.

b) Desratização por meio de instalação de iscas no entorno das edificações e sob pisos elevados.

c) Limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água.

4.8. A contratada deverá apresentar à Seção Logística um relatório técnico para cada reservatório, contendo as atividades detalhadas executadas e pendentes e a discriminação das horas trabalhadas e profissionais que executaram os serviços;

4.8.1. O Relatório Técnico ou Relatório de Higienização deverá possuir registro fotográfico, em papel timbrado devidamente assinado por seu representante legal ou técnico contendo ainda localização do reservatório, tipo e volume do reservatório e a data da realização dos serviços.

4.8.2. O registro fotográfico deverá conter as fotos dos reservatórios antes e após os serviços de higienização.

4.8.3. O Relatório Técnico deverá conter a FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) do produto utilizado para a realização da desinfecção assim como a diluição realizada do mesmo.

4.9. Os serviços serão realizados de segunda a sexta-feira, em horário comercial (08h00 às 17h00min), mediante agendamento prévio e de forma a não interferir nas atividades de cada unidade

4.9.1. Havendo necessidade os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos, pontos facultativos e feriados, desde que previamente agendados e autorizados;

4.10. A garantia dos serviços prestados para dedetização e desratização deverá ser de no mínimo, 3 (três) meses;

4.11. Para o serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água a garantia dos serviços prestados deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses.

4.12. A empresa contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores, bem como da desinfecção das caixas d'água, nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus para a Contratante durante o período da garantia.

4.12.1. Os serviços serão realizados conforme acionamento de execução de ARP pela unidade solicitante.

4.12.2. O acionamento dos itens de cada grupo poderá ocorrer de forma independente, conforme a demanda da unidade, não sendo obrigatório o acionamento de todos os itens simultaneamente. Assim, poderá ser solicitado apenas um item, conforme a necessidade.

4.13. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas poderão ser responsabilizadas administrativamente pelas infrações previstas no artigo 155 estando sujeitos às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo assegurada a aplicação do Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa dentro do devido processo legal.

4.14. Os pagamentos serão realizados conforme preconiza o edital.

4.15. As Notas Fiscais deverão ser emitidas com os seguintes dados:

CNPJ: 04.198.514/0082-10

Razão Social: Polícia Militar do Estado de São Paulo

Endereço: Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP – CEP: 13035-680

5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo e levando em consideração a prospecção das melhores alternativas possíveis de solução para a demanda deste ETP e considerando as análises de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, bem como a realização de pesquisa de mercado e consultas de certames licitatórios, promovidos recentemente por outros setores da administração pública, dentre as soluções mais viáveis para atender as demandas necessárias para as soluções a serem realizadas, foram levantadas as seguintes possibilidades:

- a. **aquisição exclusiva dos materiais.**
- b. **realizar a contratação separadamente da mão de obra especializada e o material a ser utilizado;**
- c. **contratação de empresa terceirizada com o fornecimento de mão de obra e o material necessário;**

5.2. Após análise das possibilidades previstas no item anterior, verifica-se que a primeira opção não se mostra vantajosa, uma vez que o Comando de Policiamento do Interior 2 e suas unidades subordinadas não possuem equipamentos e mão de obra especializada para realização dos serviços, o que nos remeteria a segunda possibilidade: contratação de mão e obra e aquisição de materiais separadamente.

5.3. A Segunda solução não se mostra conveniente. Empresas especializadas já possuem o material em seus estoques, geralmente já comprados em valores mais acessíveis que o praticado no mercado geral. Adquirir o material separadamente, ocasionaria perda da economia de escala na licitação, além de que, a falta de conhecimento técnico dos procedimentos, poderia ocasionar uma aquisição de materiais que não atendam a real necessidade, bem como em quantidades inadequadas. Cita-se ainda que, tal solução apresenta necessidade de múltiplas contratações e processos licitatórios para a execução da mão-de-obra, além de outros certames para aquisição dos materiais, dessa forma, acarreta o aumento na demanda de processos e tempo, além do aumento no número de servidores para o acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços, ficando assim inviável este modelo de contratação.

5.4. A terceira possibilidade é a que se mostra mais vantajosa: contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra e material. Esse modelo permite maior flexibilidade e menor complexidade no processo de contratação, bem como as empresas de dedetização são compostas por profissionais treinados e experientes que possuem um conhecimento profundo sobre diferentes tipos de pragas, seus comportamentos e os métodos mais eficazes para eliminá-las. Eles são capacitados para identificar corretamente as pragas presentes, determinar a extensão da infestação e aplicar as técnicas mais adequadas para cada situação. Tal modelo de contratação também trará maior competitividade à licitação, já que é um dos modelos mais utilizados no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução objetiva a contratação de serviço de dedetização geral e limpeza de caixas d'água de todas as lotações militares pertencentes ao Comando de Policiamento do Interior 2 (CPI-2), uma vez que a instituição não dispõe de mão de obra especializada capaz de realizar esse tipo de tarefa.

6.2. Foi realizado junto de cada Batalhão subordinado ao CPI-2, a metragem de áreas dos terrenos, áreas construídas e tipo e modelo de caixas d'água de todas as sedes de batalhão, companhias e pelotões, como também foram analisados os procedimentos realizados no período de 2021 a 2025, a fim de mensurar as necessidades de cada unidade.

6.3. Dessa forma, para promover economia aos cofres públicos, atraindo a participação de licitantes locais e aumentando a concorrência, o objeto deste estudo foi dividido em 9 (nove) grupos, organizados conforme as regiões administrativas e geográficas do CPI-2 e suas unidades subordinadas, sendo:

Grupo 1: Comando de Policiamento do Interior 2 – CPI-2 – Campinas;

Grupo 2: 1º Batalhão de Ações Especiais – 1º BAEP – Campinas;

Grupo 3: 8º Batalhão de Policiamento do Interior – 8º BPM/I – Campinas / Paulínia;

Grupo 4: 35º Batalhão de Policiamento do Interior – 35º BPM/I – Campinas / Valinho / Vinhedo;

Grupo 5: 47º Batalhão de Policiamento do Interior – 47º BPM/I – Campinas;

Grupo 6: 11º Batalhão de Policiamento do Interior – 11º BPM/I – Jundiaí / Cabreúva / Itupeva;

Grupo 7: 49º Batalhão de Policiamento do Interior – 49º BPM/I – Jundiaí / Itatiba / Louveira / Morungaba / Várzea Paulista / Campo Limpo Paulista / Jarinu;

Grupo 8: 26º Batalhão de Policiamento do Interior – 26º BPM/I – Mogi Guaçu / Estiva Gerbi / Mogi Mirim / Jaguariúna / Pedreira / Holambra / Itapira / Santo Antônio De Posse;

Grupo 9: 34º Batalhão de Policiamento do Interior – 34º BPM/I – Bragança Paulista / Pedra Bela / Pinhalzinho / Tuiuti / Joanópolis / Vargem / Amparo / Monte Alegre Do Sul / Lindóia / Serra Negra/ Águas De Lindóia / Socorro / Atibaia / Bom Jesus Dos Perdões / Nazaré Paulista / Piracaia;

6.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.5. A licitante vencedora deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e produtos em quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços, nas áreas internas e externas da Contratante. Os serviços deverão ser executados de forma cuidadosa, criteriosa e apropriada, de modo a evitar danos materiais, pessoais e ambientais.

6.6. A prestação dos serviços de dedetização e limpeza das caixas d’água se dará através do acionamento da Ata de Registro de Preços conforme a demanda das unidades solicitantes.

6.6.1. O acionamento dos itens de cada grupo poderá ocorrer de forma independente, conforme a demanda da unidade, não sendo obrigatório o acionamento de todos os itens simultaneamente. Assim, poderá ser solicitado apenas um item, conforme a necessidade.

6.7. A garantia dos serviços prestados para dedetização e desratização deverá ser de no mínimo, 3 (três) meses;

6.8. Para o serviço de limpeza e desinfecção de caixa d’água a garantia dos serviços prestados deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses.

6.9. Os pagamentos serão pagos conforme preconiza os contratos públicos (30 dias após elaboração do termo de recebimento).

6.10. Por se tratar de necessidade contínua, a ATA em questão poderá ser renovada ou, caso não seja possível ou viável o acionamento, uma nova licitação deverá ser realizada para atendimento das demandas futuras.

6.11. Nos termos do art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 9º, §2º, do Decreto nº 11.462/2023, não será aceita adesões ao processo, uma vez que o órgão atuará como único gerenciador da Ata de Registro de Preços, não dispondo de estrutura administrativa suficiente para o gerenciamento da participação de outros órgãos ou unidades como participantes da respectiva Ata.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8º BPM/I		QUANTIDADE DE ACIONAMENTOS PREVISTOS
<u>DEDETIZAÇÃO:</u> Área construída em M²	8431,08	4
<u>LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA:</u> Volume reservatórios d'água em M³	78	2

35º BPM/I		QUANTIDADE DE ACIONAMENTOS PREVISTOS
<u>DEDETIZAÇÃO:</u> Área construída em M²	4168,41	4
<u>LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA:</u> Volume reservatórios d'água em M³	67,1	2

47º BPM/I		QUANTIDADE DE ACIONAMENTOS PREVISTOS
<u>DEDETIZAÇÃO:</u> Área construída em M²	12691	4
<u>LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA:</u> Volume reservatórios d'água em M³	22	2

11º BPM/I		QUANTIDADE DE ACIONAMENTOS PREVISTOS
<u>DEDETIZAÇÃO:</u> Área construída em M²	2829,92	4
<u>LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA:</u> Volume reservatórios d'água em M³	11	2

49º BPM/I		QUANTIDADE DE ACIONAMENTOS PREVISTOS
<u>DEDETIZAÇÃO:</u> Área construída em M²	4164,49	4
<u>LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA:</u> Volume reservatórios d'água em M³	13,25	2

26º BPM/I		QUANTIDADE DE ACIONAMENTOS PREVISTOS
<u>DEDETIZAÇÃO:</u> Área construída em M²	5105	4
<u>LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA:</u> Volume reservatórios d'água em M³	44	2

34º BPM/I		QUANTIDADE DE ACIONAMENTOS PREVISTOS
<u>DEDETIZAÇÃO:</u> Área construída em M²	5108,82	4
<u>LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA:</u> Volume reservatórios d'água em M³	34	2

7.1. As descrições detalhadas das áreas das unidades, bem como os volumes e tipos de caixas d'água, constar como anexos deste Estudo Técnico Preliminar

7.2. A prestação dos serviços de dedetização e limpeza das caixas d'água se dará através do acionamento da Ata de Registro de Preços conforme a demanda das unidades solicitantes, sendo prevista a realização de 04 (quatro) dedetizações e 02 (duas) limpezas de caixas d'água no período de 12 (doze) meses.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 381.248,40

8.1. R\$ 381.248,40 (trezentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).

8.2. Valor estimado através de levantamento de mercado conforme Relatório de Pesquisa de Preço 34/2026.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme análise realizada no item 5 (Levantamento de Mercado), verificou-se que o parcelamento da solução por itens não se mostra viável. Dessa forma, optou-se pelo agrupamento dos serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água por região administrativa e geográfica, como forma de observar o princípio do parcelamento na medida do possível, sem acarretar prejuízos à Administração Pública. Tal medida tende a ampliar o interesse de licitantes locais em cada grupo, aumentando a competitividade do certame, além de proporcionar economia com custos de deslocamento, maior agilidade no atendimento e, conseqüentemente, menores dispêndios aos cofres públicos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação não guarda relação com outra contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, número da contratação 4/2026, DFD 90/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se com a contratação:

- a. Inibir o aparecimento e/ou proliferação de patógenos e pragas urbanas diversas nas dependências das unidades atreladas ao CPI-2;
- b. Garantir a qualidade da água armazenada nos reservatórios;
- c. assegurar a manutenção e salubridade das instalações do Comando de Policiamento do Interior 2 e suas Subunidades, mantendo-as em condições adequadas para seu pleno funcionamento permitindo a permanente apreciação qualitativa dos serviços prestados, além de desempenhar um papel crucial na preservação da integridade estrutural das OPMs e saúde de seus usuários;
- d. proporcionar bem estar aos públicos internos e externos, influenciando diretamente na qualidade do trabalho e no resultado dos serviços prestados, inclusive observando-se as políticas de responsabilidade adotadas por estes Órgãos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Além do agendamento da realização do serviço com o fornecedor, a fim de que, caso necessário, os locais estejam vazios para a dedetização e que a limpeza da caixa d'água não onere o trabalho policial militar, não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização. As unidades já dispõem das condições e infraestrutura adequadas para a plena execução dos serviços pela contratada, não havendo, portanto, a necessidade de readequações ou reestruturação do ambiente onde o serviço será prestado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A dedetização é um meio importantíssimo no controle de superpopulações de insetos, aracnídeos e pequenos mamíferos e contribui de certo modo, para instaurar um equilíbrio local, o ponto negativo pode estar na maneira como a dedetização é feita e principalmente no tipo de produto utilizado.

14.2. Alguns produtos utilizados para combater pragas e realizar limpeza de caixas d'água, possuem substâncias químicas que, em alguma medida, prejudicam a camada de ozônio, contaminam o solo e, portanto, a água reservada nele, podendo também contribuir para o desaparecimento de algumas

espécies de pequenos animais responsáveis pela manutenção do equilíbrio ecológico. Verifica-se, então, que o uso irregular de tais produtos podem ser prejudiciais ao solo, água, animais e plantas interligados em uma complexa cadeia de biodiversidade, atingindo inclusive os seres humanos, podendo levar a problemas de saúde, como irritações na pele, problemas respiratórios e, em casos extremos, envenenamento e morte.

14.3. Diante do fato, a resolução RDC Nº 622, de 09 de março 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), estabelece diretrizes, definições e condições gerais para o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, visando ao cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.

14.4. Sendo assim, a fim de minimizar os possíveis impactos ambientais, conforme preconiza o Art. 4º da RDC nº 622, a empresa contratada deverá estar licenciada a autoridade sanitária ambiental competente, bem como atender todos os requisitos da citada resolução.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por se tratar de contratação imprescindível para a manutenção da salubridade e habitabilidade dos prédios da Polícia Militar do Estado de São Paulo na área do Comando de Policiamento do Interior Dois, a contratação é considerada viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TIAGO DE OLIVEIRA DE FRANCISCO

Auxiliar Seção de Aquisições



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 09:50:38.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 2 – UASG 180157

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **CPI2-...../310/26**,
CELEBRADO ENTRE O(A) **O ESTADO DE SÃO PAULO**,
POR INTERMÉDIO DA **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE
SÃO PAULO, COMANDO DE POLICIAMENTO DO
INTERIOR 2**, E.....

O Estado de São Paulo / Polícia Militar do Estado de São Paulo, por intermédio do **Comando de Policiamento do Interior 2**, com sede na **Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial**, na cidade de **Campinas/Estado de São Paulo**, inscrito no CNPJ sob o nº **04.198.514/0082-10**, neste ato representado pelo **Senhor Coronel de Polícia Militar (Cel PM) Leonardo Akira Takahashi**, nomeado pelo **Ato do Governador**, publicado no **DOE Vol 135, Nº 78, de 18ABR25, portador do Registro Estatístico 940772-3 inscrito no CPF sob o nº 250.170.648-00**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº .../...**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços **de dedetização geral, desratização e limpeza de caixas d'água do CPI-2 e suas unidades subordinadas**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Grupo 1 - CPI-2 - CAMPINAS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTADA	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 2 - 1º BAEP - CAMPINAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIMA A SER COTADA	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
3	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
4	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 3 - 8º BPM/I - CAMPINAS / PAULÍNIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIMA A SER COTADA	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
5	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
6	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 4 - 35º BPM/I - CAMPINAS / VALINHOS / VINHEDO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIMA A SER COTADA	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
7	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
8	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 5 - 47º BPM/I - CAMPINAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIMA A SER COTADA	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
9	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
10	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 6 - 11º BPM/I - JUNDIAÍ / CABREÚVA / ITUPEVA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
11	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
12	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 7 - 49º BPM/I - JUNDIAÍ / ITATIBA / LOUVEIRA / MORUNGABA / VARZEA PAULISTA / CAMPO LIMPO PAULISTA / JARINU

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
13	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
14	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 8 - 26º BPM/I - MOGI GUAÇU / ESTIVA GERBI / MOGI MIRIM / JAGUARIÚNA / PEDREIRA / HOLAMBRA / ITAPIRA / SANTO ANTÔNIO DE POSSE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
15	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
16	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 9 - 34º BPM/I - BRAGANÇA PAULISTA / PEDRA BELA / TUIUTI / JOANOPOLIS / VARGEM / AMPARO / MONTE ALEGRE DO SUL / LINDÓIA / SERRA NEGRA/ ÁGUAS DE LINDÓIA / SOCORRO / ATIBAIA / BOM JESUS DOS PERDÕES / NAZARÉ PAULISTA / PIRACAIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
17	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
18	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço global de cada item*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados do(a) data estipulada para início dos serviços através de emissão de Ordem de Execução dos Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 15/04/2026.*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE — Índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), nos termos do artigo 5º do Decreto Estadual nº 48.326, de 12 de dezembro de 2003, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **01 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26 que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 00001 – Administração Direta – UASG 180157 – Comando de Policiamento do Interior 2;

II) Fonte de Recursos: 150010001 Tesouro Geral

III) Programa de Trabalho: 0612218194992000 - Administração Geral da Polícia Militar

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Nota de Empenho:

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I** - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;
- II** - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III** - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- IV** - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I** - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

- I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;
- II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

DADOS DO FORNECEDOR
Razão social:
CNPJ:
Endereço:
E-mail:
Telefone
Banco do Brasil - Agência - Conta Corrente

GRUPO 1 - CPI-2 - CAMPINAS

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

GRUPO 2 - 1º BAEP - CAMPINAS

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
3	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
4	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

GRUPO 3 - 8º BPM/I - CAMPINAS / PAULÍNIA

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
5	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
6	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

GRUPO 4 - 35º BPM/I - CAMPINAS / VALINHOS / VINHEDO

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
7	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
8	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

GRUPO 5 - 47º BPM/I - CAMPINAS

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
9	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
10	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

GRUPO 6 - 11º BPM/I - JUNDIAÍ / CABREÚVA / ITUPEVA

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
11	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
12	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

GRUPO 7 - 49º BPM/I - JUNDIAÍ / ITATIBA / LOUVEIRA / MORUNGABA / VARZEA PAULISTA / CAMPO LIMPO PAULISTA / JARINU

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
13	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
14	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

GRUPO 8 - 26º BPM/I - MOGI GUAÇU / ESTIVA GERBI / MOGI MIRIM / JAGUARIÚNA / PEDREIRA / HOLAMBRA / ITAPIRA / SANTO

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
15	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
16	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

GRUPO 9 - 34º BPM/I - BRAGANÇA PAULISTA / PEDRA BELA / TUIUTI / JOANOPOLIS / VARGEM / AMPARO / MONTE ALEGRE DO SUL /

ITEM	TIPO DE MANUTENÇÃO	SIAFISICO	COMPRAS	NATUREZA DE DESPESA	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR x QTD
17	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	113700	3417	33903936		4	R\$ 0,00
18	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	243639	13595	33903796		2	R\$ 0,00
						VALOR TOTAL	R\$ 0,00

Total Geral do da Proposta:

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão nº _____/_____, Processo nº _____/_____, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

a) *cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e*

b) *atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Polícia Militar do Estado de São Paulo, por intermédio do Comando de Policiamento do Interior 2, com sede na Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, na cidade de Campinas/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.198.514/0082-10, neste ato representado(a) pela Senhor Coronel de Polícia Militar (Cel PM) Leonardo Akira Takahashi, nomeado pelo Ato do Governador, publicado no DOE Volume 135, Número 78 de 18 de abril de 2025, portador da identidade funcional nº 940772-3, inscrito no CPF sob o nº 250.170.648-00, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *serviço de dedetização geral, desratização e limpeza de caixas d'água do CPI-2 e suas unidades subordinadas*, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do *Edital de Pregão Eletrônico nº/20...*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Grupo 1 - CPI-2 - CAMPINAS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIMA A SER COTADA	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
1	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 2 - 1º BAEP - CAMPINAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
3	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
4	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 3 - 8º BPM/I - CAMPINAS / PAULÍNIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
5	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
6	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 4 - 35º BPM/I - CAMPINAS / VALINHOS / VINHEDO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
7	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
8	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 5 - 47º BPM/I - CAMPINAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
9	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
10	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 6 - 11º BPM/I - JUNDIAÍ / CABREÚVA / ITUPEVA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
11	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
12	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 7 - 49º BPM/I - JUNDIAÍ / ITATIBA / LOUVEIRA / MORUNGABA / VARZEA PAULISTA / CAMPO LIMPO PAULISTA / JARINU

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
13	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
14	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 8 - 26º BPM/I - MOGI GUAÇU / ESTIVA GERBI / MOGI MIRIM / JAGUARIÚNA / PEDREIRA / HOLAMBRA / ITAPIRA / SANTO ANTÔNIO DE POSSE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
15	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
16	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

GRUPO 9 - 34º BPM/I - BRAGANÇA PAULISTA / PEDRA BELA / TUIUTI / JOANOPOLIS / VARGEM / AMPARO / MONTE ALEGRE DO SUL / LINDÓIA / SERRA NEGRA / ÁGUAS DE LINDÓIA / SOCORRO / ATIBAIA / BOM JESUS DOS PERDÕES / NAZARÉ PAULISTA / PIRACAIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIM A A SER COTAD A	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
17	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
18	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será o *Comando de Policiamento do Interior 2, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.198.514/0082-10.*

3.2. *Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.*

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.*

4.1.1. *Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, tendo em vista a inviabilidade, em razão da insuficiência de servidores capacitados, do gerenciamento da ata com órgãos participantes.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de *1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

b) *restabelecer os quantitativos que já tenham sido contratados desta ata de registro de preços quando da prorrogação de que trata o item 5.1.*

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;

- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a **assinatura de termo de contrato**, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.3.3.1. .

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada *em 01 (uma) via*, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIMA A SER COTADA	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD MAXIMA A SER COTADA	QTD MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITARIO	PRAZO DE GARANTIA
	Serviço de dedetização; desratização e controle de pragas	4	4	4		3 MESES
2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água	2	2	2		6 MESES